



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

# **Informativo de Jurisprudência nº 135**

**Núcleo de Jurisprudência e Súmula**

Vitória/ES, deliberações publicadas no Diário Oficial Eletrônico do TCEES de 22 de abril a 30 de junho de 2025



[www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)



@tceespiritossanto



Este Informativo, desenvolvido a partir das deliberações publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, contém resumos elaborados pelo Núcleo de Jurisprudência e Súmula, não consistindo em repositório oficial da jurisprudência deste Tribunal.

## SUMÁRIO

### PLENÁRIO

**1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. FUNDAÇÕES PÚBLICAS. COMPETÊNCIA DO TCEES. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ADMISSÃO DE PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. LICITAÇÃO. PREJULGADO.** As fundações públicas, sejam de direito público ou privado, compõem a Administração Pública Indireta e estão sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, devendo cumprir as obrigações constitucionais e legais perante essa Corte, sem distinção quanto à sua natureza jurídica.

**2. LICITAÇÃO. PLANEJAMENTO. ANÁLISE DE RISCOS.** A análise de riscos prevista no art. 18, inciso X, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) é etapa obrigatória, autônoma e indispensável do planejamento da licitação, situando-se entre o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico (PB), sendo vedada sua dispensa fora das hipóteses de contratação direta, nos termos do art. 72, inciso I, da mesma norma.

**3. LICITAÇÃO. JULGAMENTO. PROPOSTA DE PREÇO. INEXEQUIBILIDADE. DILIGÊNCIA. PRAZO.** Ainda que a legislação não imponha prazo legal específico, é dever da Administração Pública, ao realizar diligência, fixar tempo razoável para que o licitante comprove a exequibilidade de sua proposta, especialmente em certames de alta complexidade técnica e vultoso valor, sob pena de violação aos princípios da ampla defesa, do contraditório e da razoabilidade.

**4. LICITAÇÃO. JULGAMENTO. PROPOSTA DE PREÇO. INEXEQUIBILIDADE. DILIGÊNCIA. PREVISIBILIDADE.** A ausência de previsão em edital de critérios e procedimentos claros para avaliação da exequibilidade das propostas de preço, assegurando prazo suficiente e razoável para cumprimento dessa diligência, viola o princípio do julgamento objetivo previsto no art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fragilizando a segurança jurídica e a isonomia entre os licitantes.



**5. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. COOPERATIVA. DOMICÍLIO. RESTRIÇÃO.**

**RESPONSABILIDADE.** 1. É indevida a exigência, em edital de licitação, de que os cooperados possuam domicílio no município sede da cooperativa, por configurar critério desproporcional e sem pertinência lógica com sua qualificação técnica, restringindo injustificadamente a competitividade entre os licitantes e violando os princípios da legalidade, da isonomia e da ampla concorrência. 2. É incabível a responsabilização do pregoeiro por irregularidade em cláusula de edital quando sua atuação tenha se baseado em parecer jurídico emitido por órgão competente e com base na legislação vigente à época, afastando-se o erro grosseiro nos termos do art. 28 da LINDB.

**6. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. PERCENTUAL MÍNIMO. RELEVÂNCIA TÉCNICA.**

1. Admite-se, como regra geral, a exigência motivada de atestado de capacidade técnico-operacional para parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitando, desde que seu valor individual corresponda a, no mínimo, 4% do valor total estimado da contratação, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) 2. De forma excepcional, é permitida a exigência de atestado para parcelas de valor inferior a 4%, quando demonstrada sua relevância técnica para a adequada execução do objeto.

**7. LICITAÇÃO. ME. EPP. PREÇO ESTIMADO. TRATAMENTO DIFERENCIADO.**

**INAPLICABILIDADE.** É inaplicável o tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) quando o valor estimado da contratação for superior ao limite de receita bruta anual previsto para enquadramento como EPP, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

**8. PESSOAL. CONSELHO TUTELAR. MANDATO ELETIVO. SUBSÍDIO. Parecer em Consulta**

**TC 008/2025** - 1. A remuneração dos membros de Conselhos Tutelares deve ser fixada por lei municipal, não se sujeitando ao princípio da anterioridade, previsto no art. 29, inciso VI, da Constituição Federal. 2. Por exercerem mandato eletivo, sem vínculo estatutário ou celetista com o Poder Público, tais agentes devem ser remunerados por subsídio, em parcela única, nos termos do art. 39, § 4º, da CF/88, sendo-lhes assegurados, desde que contemplados pela lei local, os direitos previstos no art. 134 da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**9. PESSOAL. REMUNERAÇÃO. GRATIFICAÇÃO. JETON. NATUREZA JURÍDICA**

**INDENIZATÓRIA. INCONSTITUCIONALIDADE.** 1. É inconstitucional a atribuição de natureza indenizatória a gratificação concedida a agentes públicos pela participação em conselhos ou comissões (jeton) quando caracterizada remuneração habitual e desvinculada de recomposição efetiva de despesa. 2. É inconstitucional a vinculação do valor de gratificação de natureza remuneratória, como o jeton, a índice oficial de correção monetária, por configurar forma de reajuste automático vedada pelo art. 37, XIII, da Constituição Federal.



**10. PESSOAL. PROCURADORIA MUNICIPAL. CARGO EM COMISSÃO. REQUISITO DE INVESTIDURA. INCONSTITUCIONALIDADE.** É inconstitucional a criação de cargo em comissão de assessor jurídico para o desempenho de atribuições típicas da carreira de procurador no âmbito da Procuradoria Geral do Município, por afronta ao art. 37, inciso II, combinado com o art. 132 da Constituição Federal, que exigem concurso público para sua investidura.

**11. PESSOAL. CARGO EM COMISSÃO. LEGISLAÇÃO. ATRIBUIÇÃO. DESCRIÇÃO.** Os cargos em comissão devem ser destinados exclusivamente às funções de direção, chefia ou assessoramento, sendo indispensável a descrição clara de suas atribuições na legislação que os instituiu, a fim de evidenciar sua conformidade com os preceitos constitucionais.

**12. PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. RESPONSABILIDADE. ERRO GROSSEIRO.** 1. A contratação temporária de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias somente é admissível em casos de surto epidêmico, eis que são cargos de natureza essencial e contínua, que devem ser providos de forma definitiva por meio processo seletivo público, conforme arts. 9º e 16 da Lei 11.350/2006 e art. 37, II, da Constituição Federal. 2. A autorização para contratação temporária desses agentes, sem comprovação da referida situação excepcional e em desacordo com parecer jurídico que indica sua ilegalidade, configura erro grosseiro e enseja a responsabilização do gestor.

**13. PREVIDÊNCIA. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL. RESTRIÇÕES AO USO DE RECURSOS DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT E DE RENDIMENTOS FINANCEIROS. Parecer em Consulta TC-007/2025 - 1.** No Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) operado em regime de capitalização, os recursos provenientes do plano de amortização do déficit atuarial e os rendimentos das aplicações financeiras devem ser destinados exclusivamente à formação das reservas capitalizadas, sendo vedada sua utilização para despesas correntes enquanto não houver ativos garantidores suficientes para cobrir as provisões matemáticas de benefícios concedidos. 2. A insuficiência financeira do RPPS deve ser apurada mensalmente, com base na folha de pagamento de aposentados e pensionistas, admitindo-se apuração em prazo inferior quando executadas folhas complementares.

#### **PRIMEIRA CÂMARA**

**14. FINANÇAS PÚBLICAS. EDUCAÇÃO. MDE. LIMITE MÍNIMO. CLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS. REJEIÇÃO DAS CONTAS.** 1. A aplicação de despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino deve observar a correta classificação das fontes de recursos prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), adotada oficialmente pelo TCEES por meio da Instrução Normativa TC 76/2021. 2. O descumprimento do limite mínimo de 25% estabelecido no art. 212 da Constituição Federal, decorrente da classificação inadequada de fontes ou da ausência de suficiência de caixa, configura irregularidade grave apta a ensejar a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas de governo.



**15. LICITAÇÃO. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. RESPONSÁVEL TÉCNICO. ENGENHEIRO.** A responsabilidade técnica pelos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, por se tratar de serviços típicos de engenharia, pode ser atribuída a engenheiros civis, sanitaristas ou ambientais, conforme previsto na legislação profissional vigente, sendo vedado que o edital de licitação restrinja a exigência a uma dessas formações.

**16. PESSOAL. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. ADAPTAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** 1. A submissão de pessoas com deficiência (PcD) aos mesmos critérios de avaliação física dos demais candidatos em concurso público somente é admissível quando indispensável ao exercício do cargo, nos termos da ADI 6.476/DF do Supremo Tribunal Federal. 2. Quando houver previsão Teste de Aptidão Física (TAF) em edital, a omissão acerca do uso de tecnologia assistiva já utilizada por candidato com deficiência e que não demande adaptação adicional constitui irregularidade grave, salvo demonstração de sua incompatibilidade com as atribuições do cargo, conforme determina o art. 3º, inciso VI, do Decreto 9.508/2018.

#### **SEGUNDA CÂMARA**

**17. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TRANSPARÊNCIA. ATUALIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE. GESTOR PÚBLICO. ERRO GROSSEIRO.** A omissão injustificada e deliberada na atualização de informações obrigatórias sobre despesas públicas no Portal da Transparência configura erro grosseiro imputável à autoridade máxima do ente ou órgão, sujeitando-se à aplicação de sanção pecuniária pelo TCEES.

**18. FINANÇAS PÚBLICAS. EDUCAÇÃO. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. COMPLEMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS. PRAZO CONSTITUCIONAL. REJEIÇÃO DAS CONTAS.** A inobservância do prazo constitucional para complementação dos recursos não investidos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) nos exercícios de 2020 e 2021, até o término do exercício de 2023, nos termos do parágrafo único do art. 119 do ADCT, configura irregularidade apta a ensejar a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas de governo, considerando que o dispositivo não prevê flexibilização do prazo ou possibilidade de compensação posterior a 2023.

**19. LICITAÇÃO. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE (RSS). SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA. RESPONSÁVEL TÉCNICO. ENGENHEIRO.** 1. É atribuição privativa de engenheiro civil, sanitarista ou ambiental, devidamente registrado no CREA, a responsabilidade técnica pelos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos de saúde (RSS), sendo indevida exigência de complementação da formação do engenheiro civil para tais atribuições, por se tratar de atividade comum da engenharia. 2. Não é admitida a atuação de biólogo como responsável técnico por esses serviços, por se tratar de matéria alheia às suas atribuições legais.



## OUTROS TRIBUNAIS

**20. STF** - É inconstitucional - por violar o princípio da separação de Poderes (CF/1988, art. 2º) e os sistemas de controle externo e interno (CF/1988, arts. 70 e 74, IV) - norma estadual que confere ao Tribunal de Contas local a prerrogativa de determinar a realização de auditorias aos órgãos de controle interno de cada Poder.

**21. STF** - No exercício de sua autonomia legislativa para disciplinar o regime jurídico dos servidores, o município não pode restringir o período de férias, sob o fundamento de que o servidor esteve em licença para tratamento de saúde.

**22. STF** - É inconstitucional — por violar o princípio da simetria federativa (CF/1988, arts. 27, § 2º; e 57, § 7º) — norma de Constituição estadual que possibilita o pagamento de parcela indenizatória a parlamentares convocados para sessões legislativas extraordinárias.

**23. STF** - É inconstitucional — por violar os princípios da reserva legal e da exclusividade das leis tributárias (CF/1988, art. 150, I e § 6º) — norma estadual que permite ao governador autorizar, mediante decreto, a realização de compensação ou transação, conceder anistia, remissão, parcelamento de débitos fiscais, moratória e ampliação de prazo de recolhimento de tributos.

**24. STF** - É constitucional — por não violar a cláusula de reserva de iniciativa do chefe do Ministério Público da União (MPU), por guardar pertinência temática com o projeto de lei originalmente proposto e por não implicar aumento de despesa pública — norma inserida por emenda parlamentar que exige nível superior para o cargo de técnico do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como reconhece os cargos de analista e técnico como essenciais à atividade jurisdicional.

**25. STF** - As atribuições do cargo em comissão devem ser adequadas ao princípio da livre nomeação e investidura, ao vínculo de confiança entre os seus ocupantes e aqueles que o nomeiam e destinadas apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, além de guardar proporcionalidade em relação aos cargos efetivos (CF/1988, art. 37, II e V).

**26. STF** - É inconstitucional — por violar as prerrogativas de autonomia e autogoverno do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como por usurpar a sua iniciativa legislativa — dispositivo de lei complementar que impõe a cessão de auditor federal de controle externo para ocupar cargo de dedicação exclusiva em órgão integrante da estrutura de outro Poder.

**27. STF** - Não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988 — pois violam a garantia individual dos contribuintes que veda a exigência ou o aumento de tributos sem lei em sentido estrito (CF/1988, art. 150, I) — dispositivos de lei municipal que transferem ao prefeito, sem quaisquer parâmetros, o poder de definir, mediante decreto, os valores das taxas instituídas pelo Código Tributário do município.



**28. TCU - LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. SOMA. QUANTIDADE. VEDAÇÃO. JUSTIFICATIVA. LICITAÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE TÉCNICA.** A vedação ao somatório de atestados, para o fim de comprovação da capacidade técnico-operacional, deve estar restrita somente aos casos em que o aumento de quantitativos acarretarem, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre quantidades e prazos de execução, capazes de exigir maior capacidade operativa e gerencial da licitante e ensejar potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade almejadas na contratação, devendo a restrição ser justificada técnica e detalhadamente no respectivo processo administrativo.

**29. TCU - DIREITO PROCESSUAL. PROVA (DIREITO). ÔNUS DA PROVA. CONDUTA. IRREGULARIDADE. FISCALIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS.** As irregularidades não relacionadas diretamente à prestação de contas devem ser provadas pelo TCU, não cabendo a inversão do ônus da prova. Quando relacionadas à prestação de contas em si, o dever de provar a regular aplicação dos recursos públicos é do gestor. Por outro lado, quando a conduta não tem relação intrínseca com a prestação de contas, mas sim com irregularidades específicas percebidas em fiscalizações do Tribunal ou de outros órgãos, a responsabilidade de provar a conduta tida por irregular é da Administração Pública, independentemente do tipo de processo em que a conduta é analisada. A correta delimitação da conduta imputada e a adequada distribuição do ônus probatório são fundamentais ao devido processo legal e à garantia da ampla defesa, sem os quais o processo carece de pressupostos válidos de desenvolvimento, justificando seu arquivamento (art. 212 do Regimento Interno do TCU).

**30. TCU - LICITAÇÃO. REGISTRO DE PREÇOS. CABIMENTO. CONTRATAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** É irregular a utilização, pelo órgão gerenciador, do sistema de registro de preços para realização de contratação única e integral do objeto registrado, ocasionando a extinção da ata na primeira contratação, por afronta aos princípios da razoabilidade e da finalidade.

**31. TCU - LICITAÇÃO. JULGAMENTO. CRITÉRIO. DESCONTO. LIMITE MÁXIMO. PREÇO MÍNIMO. VEDAÇÃO.** Na licitação que tem como critério de julgamento das propostas o maior desconto (art. 34, § 2º, da Lei 14.133/2021), é irregular a previsão, no edital, de desconto máximo a ser ofertado pelo licitante, por caracterizar preço mínimo, o que afronta o princípio da competitividade e o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

**32. TCU - RESPONSABILIDADE. CONTRATO ADMINISTRATIVO. FISCAL. EXCESSO. TRABALHO. CONDIÇÕES DE TRABALHO.** O fiscal de contrato designado, diante da sobrecarga de trabalho para exercer adequadamente suas competências, em razão de elevado número de contratos já sob sua fiscalização, deve comunicar a situação a seus superiores, para adoção das medidas pertinentes, sob risco de vir a responder por eventual prejuízo causado ao erário.



**33. TCU - RESPONSABILIDADE. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. INSTAURAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AGENTE PÚBLICO. CULPA.** O agente público que, por imperícia, imprudência ou negligência, causar ou contribuir para a ocorrência de acidente com veículo da Administração, seja ao operá-lo diretamente ou ao autorizar sua operação por subordinados sem a devida habilitação, deve ser responsabilizado pelos prejuízos decorrentes, ficando sujeito à recomposição dos valores desembolsados pelo erário para a reparação dos danos causados, mediante tomada de contas especial.

**34. TCU - LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA. SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. LICENÇA SANITÁRIA. ALVARÁ. HABILITAÇÃO DE LICITANTE.** Em licitação cujo objeto é a prestação de serviços de alimentação, é regular a exigência, para fins de qualificação técnico-operacional, de que o licitante apresente alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária (art. 10 da Lei 6.437/1977 c/c art. 67, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

**35. TCU - LICITAÇÃO. CONSÓRCIO. PODER DISCRICIONÁRIO. PARTICIPAÇÃO. VEDAÇÃO. EDITAL DE LICITAÇÃO. JUSTIFICATIVA.** No âmbito da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o silêncio do edital acerca da participação de consórcio de empresas em certame licitatório equivale à sua autorização, ao passo que a decisão quanto à vedação dessa participação, por ser discricionária, deve estar prevista no instrumento convocatório e devidamente motivada no processo administrativo (art. 15 da Lei 14.133/2021).

**36. TCU - RESPONSABILIDADE. CONTRATO ADMINISTRATIVO. SUPERFATURAMENTO. PROPOSTA DE PREÇO. SOLIDARIEDADE. ORÇAMENTO ESTIMATIVO.** As empresas que oferecem propostas com valores acima dos praticados pelo mercado, tirando proveito de orçamentos superestimados elaborados pelos órgãos e entes públicos contratantes, contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado.

**37. TCU - RESPONSABILIDADE. CULPA. PARECERISTA. FUNDAMENTAÇÃO. PARECER JURÍDICO.** Os pareceres jurídicos desprovidos de fundamentação adequada, favoráveis a contratações manifestamente ilegais ou que deixem de considerar jurisprudência pacificada do TCU podem ensejar a responsabilização do seu autor, se o ato concorrer para eventual irregularidade praticada pela autoridade que nele se embasou.



## PLENÁRIO

**1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. FUNDAÇÕES PÚBLICAS. COMPETÊNCIA DO TCEES. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ADMISSÃO DE PESSOAL. CONCURSO PÚBLICO. LICITAÇÃO. PREJULGADO.** As fundações públicas, sejam de direito público ou privado, compõem a Administração Pública Indireta e estão sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, devendo cumprir as obrigações constitucionais e legais perante essa Corte, sem distinção quanto à sua natureza jurídica.

Trata-se de Incidente de Prejulgado instaurado pelo Plenário do TCEES, em atendimento à Decisão TC-2818/2018 no bojo do Processo TC-0949/2022 (representação), para uniformizar entendimento acerca da **sujeição das fundações públicas, sejam de direito público ou privado, ao controle e jurisdição desta Corte**, bem como ao **regime de direito público**, em especial no que tange à admissão de pessoal e à celebração de contratos.

O processo teve origem em representação formulada pela Controladoria Geral do Município de Colatina, que apontava, entre outras irregularidades, a ausência de prestação de contas da Fundação Educacional Presidente Castelo Branco (FUNCAB) à esta Corte de Contas.

A instrução técnica, corroborada pelo Ministério Público de Contas, destacou que **todas as fundações públicas integram a Administração Pública Indireta, conforme previsão do Decreto-Lei 200/1967, sujeitando-se, assim, ao controle externo exercido pelos Tribunais de Contas**, conforme os artigos 70 e 71 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual.

Foi ressaltado que **a personalidade jurídica (de direito público ou privado) não afasta a natureza pública das fundações instituídas pelo Poder Público**, tampouco sua submissão às normas constitucionais de direito público, como a **obrigatoriedade de realização de concurso público, observância da legislação de licitações e prestação de contas**.

Além disso, destacou-se que a Lei Orgânica do TCEES (LC nº 621/2012) e a Constituição Estadual conferem expressamente ao Tribunal a **competência para fiscalizar e julgar contas de fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, sem distinções**.

Ao final, o Plenário se pronunciou, à unanimidade, nos termos do voto do relator, que ratificou o entendimento técnico e ministerial, fixando os seguintes entendimentos:

**1.1.1 As fundações públicas, sejam de direito público ou direito privado, estão sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;**

**1.1.2 As fundações públicas de direito público e de direito privado, instituídas e mantidas pelos Poderes Públicos do Estado do Espírito Santo ou de seus Municípios, em consonância ao disposto no art. 71, incisos III, IV e V, da**



Constituição Estadual, devem: **i) realizar a prestação de contas**, em conformidade com as normas dispostas por esta Corte, a quem compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis das fundações públicas instituídas e mantidas pelos Poderes Públicos do Estado ou de seus Municípios; **ii) apresentar a este TCEES, para fins de registro e apreciação da legalidade, os atos de admissão de pessoal**, a qualquer título, excetuando-se as nomeações para cargos de provimento em comissão; e **iii) submeter-se à fiscalização, pelo TCEES**, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

**1.1.3 Não há distinção entre as obrigações a serem cumpridas**, perante esta Corte de Contas, pelas fundações de direito público e de direito privado;

**1.1.4 Não se verifica a existência de exceções que possam afastar ou excluir a jurisdição desta Corte de Contas** exercida sobre as fundações públicas (de direito público ou de direito privado) deste Estado ou de seus Municípios;

**1.1.5 São aplicadas às fundações públicas**, sejam de direito público ou sejam de direito privado, necessariamente, **as normas de direito público previstas no art. 37 e seus incisos, da Constituição Federal**. Isto se dá porque as duas espécies de fundações públicas (de direito público e de direito privado), indistintamente, submetem-se às normas comuns de direito público, oriundas do texto constitucional, dentre elas, a **aplicação do regime legal de licitações e contratos administrativos** (art. 37, XXI, da CF/88), bem como a **necessidade de realização de concurso público para a contratação de pessoal** (art. 37, II, da CF/88);

**1.1.6 As fundações públicas de direito privado** são submetidas a um **regime jurídico híbrido** de sorte que estas entidades são também reguladas por normas de direito público oriundas do texto constitucional, sobretudo aquelas previstas nos incisos I ao XXII, do art. 37, da CF/88. Assim, o fato de uma determinada fundação pública de direito privado estar operando, eventualmente, sem a percepção de recursos públicos para a sua manutenção, não significa a sua insubmissão às normas de direito público, uma vez que se trata de entidade pertencente à Administração Pública Indireta, o que atrai, por si só, a **aplicação do regime administrativo público disposto no caput e incisos do art. 37, da CF/88**;

**1.1.7 As fundações públicas de direito privado encontram-se sujeitas aos princípios e preceitos dispostos no art. 37, caput e incisos, da CF/88, além de abrangidas pela jurisdição do Tribunal de Contas, conforme previsto nos incisos II, III e IV, do art. 71, da CF/88**. A observância a estas disposições de natureza pública permanece obrigatória durante toda a existência da fundação pública de direito privado, condição esta que se verifica não só pelo fato de ter sido constituída por patrimônio público, mas sim em virtude da entidade pertencer à Administração Pública Indireta, de sorte que a sua finalidade somente pode ser



modificada por lei da mesma natureza da lei que autorizou a sua criação, bem como a sua extinção não pode se dar pela própria vontade, uma vez que somente por lei pode se extinguir uma fundação pública.

[Acórdão TC-578/2025](#), Processo TC-7124/2025, relator conselheiro Davi Diniz de Carvalho, publicado em 23/06/2025.

**2. LICITAÇÃO. PLANEJAMENTO. ANÁLISE DE RISCOS.** A análise de riscos prevista no art. 18, inciso X, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) é etapa obrigatória, autônoma e indispensável do planejamento da licitação, situando-se entre o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico (PB), sendo vedada sua dispensa fora das hipóteses de contratação direta, nos termos do art. 72, inciso I, da mesma norma.

Trata-se de auditoria de conformidade realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) no âmbito do Plano Anual de Controle Externo de 2024, tendo como objeto a fiscalização das contratações de bens e serviços de tecnologia da informação em municípios de grande porte.

Foi selecionado como objeto de auditoria o processo licitatório n.º 3910364/2023, referente ao Pregão Eletrônico n.º 151/2023 da Prefeitura Municipal de Vitória, cujo objetivo era o registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de rede, com valor global estimado de R\$ 59.943.145,66.

A equipe técnica do TCEES apontou como irregularidade a **ausência da análise de riscos**, prevista no art. 18, X, da Lei nº 14.133/2021 na referida contratação. Nesse sentido, ressaltou que uma das inovações da nova lei foi a **introdução, de forma expressa, do planejamento como princípio da licitação (art. 5º)**, estabelecendo **medidas essenciais que devem ser adotadas pela Administração na fase preparatória do procedimento**, dentre elas o **gerenciamento dos riscos** envolvidos na contratação. Segundo a equipe, essa etapa consiste em identificar **eventos futuros e incertos** que possam comprometer a **seleção do fornecedor** ou a **boa execução contratual**.

A área técnica esclareceu que **a análise de riscos não deve ser confundida com uma parte ou etapa do Estudo Técnico Preliminar (ETP), tampouco com o Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico (PB)**, embora os resultados de sua análise devam alimentar e fundamentar a elaboração desses últimos (TR/PB). Ressaltou, assim, se tratar de uma **etapa autônoma, a ser realizada justamente entre o ETP e o TR/PB**.

Argumentou, também, que ainda que o ETP sirva naturalmente ao gerenciamento de riscos, **há riscos relevantes que não são tratados no âmbito do ETP ou do planejamento definitivo (TR/PB e Edital)** e que, portanto, precisam ser registrados durante o processo de planejamento e **gerenciados ao longo da seleção do fornecedor e da gestão do contrato**.

A equipe destacou ainda que, diferentemente de outras exigências da nova lei, como a minuta de contrato (art. 18, VI), **a análise de riscos não comporta exceções**, podendo



ser **dispensada tão somente nos casos de contratação direta**, conforme disposto no art. 72, inciso I<sup>1</sup>.

Também elucidou a diferenciação entre a **análise de riscos (obrigatória)** e a **matriz de alocação de riscos (facultativa)**, prevista no art. 22<sup>2</sup> da mesma lei. A **primeira** visa à **identificação e tratamento prévio de riscos na fase interna da licitação**, enquanto a **segunda** trata de cláusula que faz **alocação desses riscos no contrato firmado**, conferindo segurança jurídica às partes contratantes.

Em sua manifestação, o conselheiro relator concordou com a fundamentação técnica quanto à **obrigatoriedade da análise de riscos** na nova sistemática da Lei nº 14.133/2021.

No entanto, quanto à responsabilização do agente público, **reconheceu a omissão** do então Subsecretário de Tecnologia da Informação quanto à sua elaboração, **mas afastou a aplicação de penalidade**, entendendo que não se comprovou dolo nem erro grosseiro, conforme exige o art. 28 da LINDB. Para tanto, considerou relevantes o **contexto de transição normativa**, a **boa-fé do gestor**, a **plausibilidade da interpretação adotada** e a **ausência de prejuízo à Administração**.

Por unanimidade, o Plenário do Tribunal deliberou, nos termos do voto do relator, pela **manutenção da irregularidade**, sem imposição de sanção ao responsável.

[Acórdão TC-378/2025](#), Processo TC-3595/2024, relator conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, publicado em 22/04/2025.

**3. LICITAÇÃO. JULGAMENTO. PROPOSTA DE PREÇO. INEXEQUIBILIDADE. DILIGÊNCIA. PRAZO.** Ainda que a legislação não imponha prazo legal específico, é dever da Administração Pública, ao realizar diligência, fixar tempo razoável para que o licitante comprove a exequibilidade de sua proposta, especialmente em certames de alta complexidade técnica e vultoso valor, sob pena de violação aos princípios da ampla defesa, do contraditório e da razoabilidade.

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, apresentada por empresa licitante em face de licitação (edital de Concorrência Eletrônica nº 90021/2024) promovida pelo Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES), envolvendo contratação integrada para execução de obra pública de pavimentação de rodovia.

---

<sup>1</sup> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, **análise de riscos**, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo. (g.n)

<sup>2</sup> Art. 22. **O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos** entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo. (g.n)



A principal controvérsia girou em torno da alegação de que o **órgão licitante teria concedido prazo exíguo à representante para o cumprimento de diligência destinada à demonstração da exequibilidade da proposta.**

Segundo o relator, embora o edital tenha previsto no item 7.9 a possibilidade de solicitação de documentação complementar para demonstração da exequibilidade, o **prazo concedido, de quatro dias úteis, prorrogado por mais um, mostrou-se claramente insuficiente diante da complexidade do objeto licitado e da natureza integrada da contratação,** que exige a apresentação conjunta de projeto básico, projeto executivo e execução da obra.

O relator destacou que, **embora a legislação de regência não imponha um prazo legal específico para esse tipo de diligência, a ausência de previsão normativa não autoriza a Administração a agir com discricionariedade ilimitada,** devendo-se observar os princípios constitucionais que regem o processo licitatório.

Ressaltou que, em contratações complexas e de elevado valor, como no caso dos autos (com valor global estimado em cerca de R\$ 30 milhões de reais), é **indispensável a fixação de prazos compatíveis com o grau de detalhamento técnico exigido dos licitantes.** O descumprimento desse dever pode, na prática, **inviabilizar o exercício pleno do direito à ampla defesa das propostas e macular a segurança jurídica do procedimento.**

Embora a unidade técnica e o próprio órgão representado tenham sustentado que o prazo era usual e compatível com práticas administrativas anteriores, o relator asseverou que **esse tipo de avaliação não pode se limitar a critérios de valor econômico, sendo necessário considerar a complexidade técnica da contratação.**

Também rechaçou o argumento de que a empresa já deveria estar preparada por ser reincidente em certames perante o DER-ES, afirmando que **esse fator não afasta a obrigação da Administração Pública de estabelecer prazos compatíveis com a complexidade objetiva do certame em questão.**

Na fundamentação do voto, o relator fez menção à Súmula 262 do Tribunal de Contas da União, aplicada por analogia à nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que reconhece o **direito dos licitantes à comprovação da exequibilidade de suas propostas, destacando que essa etapa deve ser assegurada com plena efetividade.**

Enfatizou, ainda, que **o respeito à razoabilidade dos prazos não conflita com os princípios da eficiência e da celeridade administrativa,** uma vez que esses não podem ser invocados para justificar restrições indevidas à defesa das propostas licitantes, **especialmente quando tais restrições possam resultar na exclusão de propostas potencialmente vantajosas ao interesse público.**

Concluiu, portanto, que **a Administração, ao conceder prazo total de apenas cinco dias úteis para o cumprimento de diligência altamente técnica e relevante para a definição**



**do resultado do certame, agiu em desacordo com os princípios da razoabilidade, da ampla defesa e da segurança jurídica.**

Assim, de acordo com o conselheiro relator, restou evidenciado o *fumus boni iuris*, na medida em que houve plausibilidade jurídica na tese de violação a princípios constitucionais, e o *periculum in mora*, dado o risco de adjudicação e homologação de proposta em certame potencialmente viciado.

O Plenário do Tribunal, à unanimidade, ratificou decisão monocrática do relator que **deferiu a medida cautelar pleiteada**, determinando a **imediata suspensão da Concorrência Eletrônica nº 90021/2024**, até ulterior deliberação desta Corte.

[Decisão TC-1372/2025](#), Processo TC-1927/2025, relator conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, publicado em 08/05/2025.

**4. LICITAÇÃO. JULGAMENTO. PROPOSTA DE PREÇO. INEXEQUIBILIDADE. DILIGÊNCIA. PREVISIBILIDADE. A ausência de previsão em edital de critérios e procedimentos claros para avaliação da exequibilidade das propostas de preço, assegurando prazo suficiente e razoável para cumprimento dessa diligência, viola o princípio do julgamento objetivo previsto no art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fragilizando a segurança jurídica e a isonomia entre os licitantes.**

Representação com pedido de medida cautelar, apresentada por empresa licitante, tratou de supostas irregularidades verificadas no Edital da Concorrência Eletrônica nº 90035/2024, promovida pelo Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo (DER-ES), cujo objeto consistiu na contratação de serviços remanescentes para implantação e pavimentação da Rodovia ES-388.

A representação questionou a legalidade da condução de diligências destinadas à aferição da exequibilidade de propostas, notadamente em razão da **fixação de prazos excessivamente curtos e da ausência de critérios objetivos e previamente definidos no edital** para a análise das justificativas apresentadas.

De acordo com os autos, o DER-ES encaminhou diligência aos licitantes em duas oportunidades. Na primeira, o prazo para resposta foi de três dias úteis; já na segunda, a convocação foi feita em uma sexta-feira (24/01/2025) com prazo final na segunda-feira subsequente (27/01/2025), o que, descontado o fim de semana, representou apenas um dia útil para o seu cumprimento.

A área técnica do Tribunal observou que mesmo o prazo inicialmente adotado já poderia ser considerado exíguo diante da complexidade do objeto da licitação, ao passo que a redução para um único dia útil comprometeu ainda mais a possibilidade de adequada defesa das propostas por parte dos licitantes.

A análise técnica identificou diversas falhas que, conjugadas, indicaram a necessidade de suspensão do certame. Em primeiro lugar, destacou-se que **o edital não previa de forma clara e expressa os critérios a serem utilizados pela comissão de licitação para**



**análise da exequibilidade das propostas**, o que violou o princípio do julgamento objetivo previsto no art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021. Essa omissão fragilizou a a segurança jurídica e a isonomia entre os licitantes, ao permitir decisões baseadas em parâmetros subjetivos e discricionários.

Além disso, pontuou que a própria natureza da diligência, consistente na apresentação de elementos que demonstrem a viabilidade econômico-financeira da proposta, demanda tempo razoável, uma vez que não se trata apenas da remessa de declarações formais ou planilhas genéricas, mas sim da apresentação de documentos concretos e verificáveis, como notas fiscais de insumos, comprovação de estoques ou registros contábeis compatíveis com os valores propostos.

Diante disso, concluiu que **a ausência de estrutura procedimental e a concessão de prazo reduzido, sem respaldo normativo, comprometeram a ampla defesa, a isonomia entre os participantes e o interesse público.**

O relator do processo destacou, em decisão monocrática favorável a concessão da medida cautelar, que esse não é o primeiro caso analisado por esta Corte envolvendo o mesmo órgão em situação semelhante. No Processo TC 10824/2024, o Tribunal também deliberou pela suspensão de licitação promovida pelo DER-ES, em razão da concessão de prazo insuficiente para apresentação de documentos voltados à demonstração da exequibilidade. Tal reincidência reforçou a necessidade de atuação cautelar e pedagógica por parte da Corte de Contas.

A decisão ressaltou, por fim, que a nova Lei de Licitações consagrou a presunção relativa de inexequibilidade nas hipóteses de propostas com valores inferiores a 75% do orçamento, nos termos do seu art. 59, § 2º, **impondo à Administração o dever de oportunizar ao licitante a comprovação da viabilidade da proposta em condições efetivas e razoáveis.**

Segundo o relator, essa imposição legal visa justamente a evitar a eliminação de propostas potencialmente vantajosas ao interesse público por simples presunções formais ou exigências que não respeitem critérios mínimos de razoabilidade.

Com base nesses fundamentos, foi **reconhecida a presença do fumus boni iuris**, diante da verossimilhança das alegações e da plausibilidade jurídica da tese apresentada pela empresa representante.

A decisão monocrática do relator, que já havia determinado a suspensão da licitação e de eventual contratação dela decorrente, foi **ratificada, à unanimidade, pelo Plenário** do Tribunal.

[Decisão TC-1373/2025](#), Processo TC-1929/2025, relator conselheiro Davi Diniz de Carvalho, publicado em 09/05/2025.



**5. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. COOPERATIVA. DOMICÍLIO. RESTRIÇÃO. RESPONSABILIDADE. 1. É indevida a exigência, em edital de licitação, de que os cooperados possuam domicílio no município sede da cooperativa, por configurar critério desproporcional e sem pertinência lógica com sua qualificação técnica, restringindo injustificadamente a competitividade entre os licitantes e violando os princípios da legalidade, da isonomia e da ampla concorrência. 2. É incabível a responsabilização do pregoeiro por irregularidade em cláusula de edital quando sua atuação tenha se baseado em parecer jurídico emitido por órgão competente e com base na legislação vigente à época, afastando-se o erro grosseiro nos termos do art. 28 da LINDB.**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo analisou Representação apresentada em face da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), noticiando irregularidades no edital do Pregão Eletrônico nº 190/2021. A controvérsia central dizia respeito à exigência, prevista em edital como condição para participação no certame, de que os cooperados de cooperativas licitantes estivessem domiciliados no mesmo município sede da entidade.

Em sua instrução, a área técnica do TCEES manifestou-se pela **procedência da irregularidade**, ao reconhecer que **a exigência editalícia não apresentava justificativa plausível e não guardava pertinência lógica com a capacidade técnica da cooperativa para executar o objeto licitado**. Destacou que tal exigência **afronta diretamente os princípios da isonomia, da legalidade e da ampla competitividade**, violando os arts. 5º, XXI, e 37 da Constituição Federal, o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e o art. 9º, I, “a”, da Lei nº 14.133/2021.

O Ministério Público de Contas, em seu parecer, concordou integralmente com as conclusões da unidade técnica, ressaltando que a cláusula em questão se revela **desarrazoada e desproporcional**, uma vez que **o local de domicílio dos cooperados não guarda pertinência lógica com a capacidade técnica da cooperativa para executar o objeto contratual, tampouco repercute na eficiência da execução contratual**.

Em seu voto, o conselheiro relator acolheu na íntegra as conclusões da área técnica e da manifestação ministerial, **reconhecendo a existência da irregularidade apontada**.

No tocante à responsabilização do pregoeiro que conduziu o certame, o relator registrou que, embora tenha sido constatada a irregularidade, **não se identificou erro grosseiro por parte do agente**. Isso porque sua **atuação foi respaldada em parecer jurídico regularmente emitido pela Procuradoria Geral do Estado**, que estava **em conformidade com a normativa vigente à época**, notadamente a Instrução Normativa nº 5/2017 do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Dessa forma, o Plenário do Tribunal, por unanimidade, acolheu o voto do relator e julgou **procedente a representação**, reconhecendo a irregularidade da exigência editalícia quanto à imposição de domicílio aos cooperados, sem aplicação de sanção. Como medida preventiva, **determinou** à Secretaria de Estado da Saúde que se abstenha de



inserir, em futuras licitações, cláusula semelhante, em respeito aos princípios da legalidade, isonomia e ampla competitividade.

[Acórdão TC-487/2025](#), Processo TC-6113/2023, relator conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo, publicado em 26/05/2025.

**6. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. PERCENTUAL MÍNIMO. RELEVÂNCIA TÉCNICA. 1. Admite-se, como regra geral, a exigência motivada de atestado de capacidade técnico-operacional para parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitando, desde que seu valor individual corresponda a, no mínimo, 4% do valor total estimado da contratação, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) 2. De forma excepcional, é permitida a exigência de atestado para parcelas de valor inferior a 4%, quando demonstrada sua relevância técnica para a adequada execução do objeto.**

Trata-se de processo de representação, com pedido de medida cautelar, proposto por empresa participante de licitação promovida pela Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura (Semobi), visando à contratação integrada de serviços de engenharia para implantação do Corredor Metropolitano Sul na Região Metropolitana da Grande Vitória.

A representante apontou ilegalidades no edital, especialmente quanto à **exigência de atestado técnico-operacional** relativo à implantação de Sistemas de Transporte Inteligente (ITS) e infraestrutura de fibra ótica como **parcela de maior relevância técnica**, embora esses serviços representassem **apenas 1,59% do valor total da obra**, em desacordo com o §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

A área técnica manifestou-se pela **concessão da cautelar**, defendendo que, pela literalidade do dispositivo legal, apenas serviços cujo valor seja igual ou superior a 4% da contratação poderiam justificar a exigência de atestados técnicos.

O relator, contudo, divergiu desse entendimento e votou pelo **indeferimento da medida**, com base na ausência dos requisitos legais do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Na fundamentação do voto, o conselheiro destacou que, embora o §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 preveja o critério objetivo de 4% para caracterizar parcelas de maior relevância ou valor significativo, **é juridicamente possível, em caráter excepcional, admitir a exigência de qualificação técnica para parcelas de menor valor**, desde que a Administração demonstre tecnicamente sua elevada complexidade, criticidade funcional ou impacto sistêmico na execução contratual.

No caso concreto, constatou-se que a Semobi **apresentou motivação formal** embasada na funcionalidade essencial do sistema ITS para o êxito do projeto, além de respaldo jurídico da Procuradoria-Geral do Estado.



O voto ressaltou que o critério adotado está em consonância com a jurisprudência do TCU e doutrina especializada, que **permitem a exigência com base na relevância técnica, ainda que o valor da parcela seja inferior a 4%**.

Observou ainda que 15 empresas participaram do certame, incluindo a representante, o que afasta indícios de restrição indevida à competitividade. Por fim, registrou que eventual reavaliação da exigência poderá ocorrer na fase de mérito, com aprofundamento das análises técnicas.

O Plenário do TCEES, à unanimidade, acompanhou o voto do relator e **indeferiu a medida cautelar**, determinando a notificação da SEMOBI e de seus responsáveis para apresentação de manifestação em 10 dias.

[Decisão TC-1847/2025](#), Processo TC-3484/2025, relator conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, publicado em 10/06/2025.

**7. LICITAÇÃO. ME. EPP. PREÇO ESTIMADO. TRATAMENTO DIFERENCIADO. INAPLICABILIDADE. É inaplicável o tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) quando o valor estimado da contratação for superior ao limite de receita bruta anual previsto para enquadramento como EPP, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).**

O processo em questão trata de representação formulada por sociedade empresária que alegou ter sido irregularmente inabilitada do Pregão Eletrônico 018/2018, do Município de Vila Velha, cujo objeto consistiu na contratação de serviços de vigilância armada.

A representante sustentou, em síntese, que foi desclassificada sob a justificativa de ter prestado falsa declaração quanto ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP), bem como por **não atender às exigências de qualificação econômico-financeira estabelecidas no edital**.

Ao analisar o mérito, o relator, acompanhando entendimento da instrução técnica, consignou que a licitação foi regida pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), a qual trouxe, em seu art. 4º, § 1º, inciso I, expressa **vedação à aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as ME/EPP nos casos em que o valor estimado da contratação ultrapassar o limite máximo de receita bruta anual fixado para o enquadramento como empresa de pequeno porte**, excepcionando expressamente a aplicação dos artigos 42<sup>3</sup> a 49 da LC 123/2006 nessas hipóteses.

O relator destacou que **o valor estimado da contratação ultrapassava a quantia de R\$ 46 milhões**, montante muito superior ao teto legalmente fixado para o enquadramento como EPP, que é de R\$ 4,8 milhões de receita bruta anual.

---

<sup>3</sup> Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.



Assim, restou **configurada a inaplicabilidade do regime favorecido das micro e pequenas empresas** no certame em análise. Nesses casos, a empresa participante do certame, ainda que enquadrada como ME/EPP, está **obrigada a cumprir integralmente as exigências editalícias, incluindo a comprovação de sua qualificação econômico-financeira**, sem possibilidade de invocar os benefícios da LC 123/2006.

Nesse contexto, a decisão da Administração em desclassificar a empresa por não apresentar a documentação que comprovasse sua capacidade econômico-financeira foi considerada **legítima** e alinhada às normas aplicáveis às contratações públicas.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por unanimidade e nos termos do voto do relator, deliberou no sentido de julgar **improcedente** a representação, reconhecendo a regularidade da condução do certame e, em especial, a legalidade da desclassificação da licitante.

[Acórdão TC-554/2025](#), Processo TC-9932/2024, relator conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, publicado em 16/06/2025.

**8. PESSOAL. CONSELHO TUTELAR. MANDATO ELETIVO. SUBSÍDIO. Parecer em Consulta TC 008/2025 - 1. A remuneração dos membros de Conselhos Tutelares deve ser fixada por lei municipal, não se sujeitando ao princípio da anterioridade, previsto no art. 29, inciso VI, da Constituição Federal. 2. Por exercerem mandato eletivo, sem vínculo estatutário ou celetista com o Poder Público, tais agentes devem ser remunerados por subsídio, em parcela única, nos termos do art. 39, § 4º, da CF/88, sendo-lhes assegurados, desde que contemplados pela lei local, os direitos previstos no art. 134 da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).**

Em sede de consulta formulada pelo Presidente da Câmara Municipal de Muqui, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo analisou dois questionamentos a respeito da remuneração dos Conselheiros Tutelares: (i) se o reajuste dessa remuneração deveria obedecer ao princípio da anterioridade previsto no art. 29, VI, da Constituição Federal, tal como ocorre com os subsídios dos vereadores; e (ii) se a remuneração dos conselheiros deve ser feita exclusivamente na forma de subsídio, vedadas outras parcelas adicionais.

Quanto ao primeiro ponto, o Tribunal entendeu que **não há submissão dos Conselheiros Tutelares ao regime de anterioridade previsto para os vereadores**. Isso porque o **art. 29, VI, da CF/88 restringe-se expressamente aos subsídios dos parlamentares municipais**, não havendo base constitucional ou legal para sua aplicação extensiva aos membros dos Conselhos Tutelares, cuja escolha, inclusive, ocorre em calendário distinto das eleições legislativas. A remuneração desses agentes, portanto, deve seguir o princípio da legalidade, sendo **fixada por lei municipal**, sem necessidade de observância à anterioridade de legislatura.

Já no tocante à **forma de remuneração**, o Tribunal, amparando-se na Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), reconheceu que os Conselheiros Tutelares exercem **mandato eletivo**, sem vínculo



empregatício ou estatutário com o Poder Público. Por essa razão, devem ser remunerados mediante **subsídio fixado em parcela única**, conforme determina o art. 39, § 4º, da CF/88. Ainda que não sejam servidores públicos em sentido estrito, lhes são assegurados pelo art. 134, incisos I ao V, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) direitos como cobertura previdenciária, férias, licenças maternidade e paternidade, e gratificação natalina, os quais também devem ser **previstos na legislação municipal**.

Assim, no mérito, o TCEES respondeu à consulta, à unanimidade, no sentido de que a **remuneração dos Conselheiros Tutelares deve ser definida por lei municipal, observando-se o princípio da legalidade, sem necessidade de anterioridade legislativa, e adotando-se a forma de subsídio em parcela única**, com base no exercício de mandato eletivo, nos seguintes termos:

- O **reajuste da remuneração** dos membros dos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente, no âmbito dos municípios, deve se dar através de **lei Municipal**, respeitando-se o princípio constitucional da legalidade, **não se subordinando, entretanto, ao princípio da anterioridade** previsto no art. 29, VI, da Constituição Federal de 1988.
- Considerando as disposições da Resolução 231/2022, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), tem-se que os membros dos Conselhos Tutelares Municipais exercem **mandato eletivo** que **não gera vínculo estatutário ou celetista** com o Poder Público, eis que não enquadrados na categoria de servidores públicos em sentido estrito, devendo, portanto, ser **remunerados na forma de subsídio**, fixado em parcela única por lei municipal, eis que detentores de mandato eletivo, atraindo, assim, a aplicação do preconizado no parágrafo 4º, do art. 39, da CF/88, que determina a imposição desta espécie remuneratória para “o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais [...]”, sem embargo da percepção, pelos Conselheiros Tutelares, dos **direitos que lhes são assegurados pelo art. 134, incisos I ao V, da Lei 8.069/1990** (Estatuto da Criança e do Adolescente), quais sejam: i) cobertura previdenciária; ii) gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; iii) licença-maternidade; iv) licença paternidade; e v) gratificação natalina, **a serem também contemplados pela lei local**.

[Parecer em Consulta TC-008/2025](#), Processo TC-2792/2025, relator conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, publicado em 23/06/2025.



**9. PESSOAL. REMUNERAÇÃO. GRATIFICAÇÃO. JETON. NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. 1. É inconstitucional a atribuição de natureza indenizatória a gratificação concedida a agentes públicos pela participação em conselhos ou comissões (jeton) quando caracterizada remuneração habitual e desvinculada de recomposição efetiva de despesa. 2. É inconstitucional a vinculação do valor de gratificação de natureza remuneratória, como o jeton, a índice oficial de correção monetária, por configurar forma de reajuste automático vedada pelo art. 37, XIII, da Constituição Federal.**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo julgou denúncia em face da Prefeitura Municipal de Vila Velha, que tratava do **pagamento de jetons a secretários municipais pela participação em comitê deliberativo**, conferindo **natureza indenizatória** à verba e **vinculando seu valor a índice oficial de correção**.

O ponto central da discussão foi a constitucionalidade dessas disposições previstas nas Leis Municipais nº 6.615/2022 e nº 6.563/2022.

No julgamento da denúncia formulada, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo analisou a **legalidade dos pagamentos efetuados a título de “jeton” aos Secretários Municipais**, em virtude da participação em órgão deliberativo coletivo.

A controvérsia girou em torno da **natureza jurídica da verba**, que, conforme disposições previstas nas Leis Municipais nº 6.615/2022 e nº 6.563/2022, era **considerada indenizatória**.

No incidente de inconstitucionalidade instaurado, o conselheiro relator sustentou, em suma, que não restou caracterizada ofensa à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou violação constitucional expressa, requisitos necessários para apreciação e consequente negativa de aplicabilidade da norma municipal.

Em voto-vista, o conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha destacou que, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (como na ADI 7.402-GO e na ADPF 593), **verbas que remuneram efetivamente um serviço prestado, mesmo que em caráter eventual, possuem natureza remuneratória**. Assim, **não podem ser travestidas de indenizatórias com o intuito de afastar incidências fiscais ou previdenciárias e, tampouco, deixar de ser contabilizadas para fins de abate-teto**. O voto afirmou que, **para que uma verba seja tratada como indenizatória, é necessário que compense um gasto efetivamente arcado pelo servidor**, o que não se verificava no caso.

Quanto à **vinculação do jeton ao VPRTM** (índice oficial de correção monetária), o conselheiro **apontou a afronta ao art. 37, XIII, da Constituição Federal, que veda qualquer forma de reajuste automático de remuneração**. Sendo o jeton uma gratificação de natureza remuneratória, sua vinculação a índice de atualização infringe claramente esse dispositivo constitucional.

Em deliberação, o **Plenário, por maioria, nos termos do voto-vista do conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti, acolheu a tese da inconstitucionalidade** dos dispositivos legais municipais mencionados, **negando-lhes aplicabilidade no caso concreto com**



**modulação dos efeitos** por 180 dias, de modo a resguardar a segurança jurídica dos atos administrativos já praticados e conceder prazo razoável para a adequação normativa.

No mérito, foi **reconhecida a procedência da denúncia**, contudo, **afastou-se a responsabilização** dos agentes públicos envolvidos, tendo em vista que os pagamentos estavam **amparados em leis formalmente vigentes** e, portanto, foram **praticados com respaldo legal presumido**.

[Acórdão TC-435/2025](#), Processo TC-1843/2023, relator conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, publicado em 08/05/2025.

**10. PESSOAL. PROCURADORIA MUNICIPAL. CARGO EM COMISSÃO. REQUISITO DE INVESTIDURA. INCONSTITUCIONALIDADE.** É **inconstitucional a criação de cargo em comissão de assessor jurídico para o desempenho de atribuições típicas da carreira de procurador no âmbito da Procuradoria Geral do Município, por afronta ao art. 37, inciso II, combinado com o art. 132 da Constituição Federal, que exigem concurso público para sua investidura.**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo analisou representação que questionou a constitucionalidade da Lei Municipal nº 963/2022, de Vila Valério, que promoveu alterações nas prerrogativas e no regime de ingresso na carreira de Procurador Jurídico, incluindo a **criação de cargos comissionados de assessor jurídico** para atuação no âmbito da Procuradoria Geral do Poder Executivo.

A área técnica do TCEES apontou que tais cargos foram criados para exercer **funções jurídicas permanentes e típicas de procurador**, o que afronta o art. 37, II, combinado com o art. 132 da Constituição Federal, que exigem concurso público para investidura em cargos dessa natureza.

Acompanhando a manifestação técnica, o relator votou pela **negativa de aplicabilidade** do dispositivo legal impugnado, diante do caso concreto, em razão de sua inconstitucionalidade.

O Plenário do TCEES, nos termos do voto do relator, **acolheu, à unanimidade, o incidente de inconstitucionalidade**, reconhecendo a inaplicabilidade dos arts. 31 e 42, II, da Lei Municipal nº 963/2022, com modulação de efeitos para permitir a permanência dos ocupantes dos cargos por até 90 dias, prazo para regularização da situação.

[Acórdão TC-443/2025](#), Processo TC-5639/2023, relator conselheiro Davi Diniz de Carvalho, publicado em 19/05/2025.

**11. PESSOAL. CARGO EM COMISSÃO. LEGISLAÇÃO. ATRIBUIÇÃO. DESCRIÇÃO.** Os **cargos em comissão devem ser destinados exclusivamente às funções de direção, chefia ou assessoramento, sendo indispensável a descrição clara de suas atribuições na legislação que os instituiu, a fim de evidenciar sua conformidade com os preceitos constitucionais.**

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela Controladoria da Câmara Municipal de Conceição da Barra em face da Lei Municipal nº



3.026/2024, que promoveu alteração na estrutura administrativa do referido órgão, **criando diversos cargos em comissão.**

A representante sustentou que **tais cargos exerceriam atividades técnicas, burocráticas e operacionais**, contrariando os arts. 37, II e V, da Constituição Federal, os arts. 32, II e V, da Constituição Estadual, o art. 105 da Lei Orgânica Municipal, além do Tema 1010 de Repercussão Geral do STF, o qual trata da **necessária vinculação dos cargos em comissão às funções de direção, chefia e assessoramento.**

A unidade técnica do TCEES suscitou **incidente de inconstitucionalidade**, recomendando a negativa de aplicação ao Anexo III da Lei Municipal, por entender que as atribuições dos referidos cargos em comissão violaram o ordenamento constitucional. Nesse sentido, destacou que funções previstas para os cargos de Gerente de Divisão de Protocolo, Chefe de TI, Diretor de Licitação, entre outros, teriam, de fato, natureza técnica e burocrática, incompatível com a sua natureza.

O conselheiro Relator, no entanto, ao proferir seu voto, destacou que a análise acerca da constitucionalidade da norma **não poderia se restringir à leitura isolada da norma legal**, devendo **considerar os esclarecimentos trazidos pela defesa** no bojo da instrução, os quais descreveram de forma minuciosa as atribuições reais dos cargos em questão. **Reconheceu que a descrição original das atribuições na Lei Municipal mostrava-se genérica e abstrata**, motivo que ensejou dúvidas quanto à constitucionalidade da norma. Contudo, com as informações prestadas pela defesa, entendeu que ficou **evidenciado que os cargos efetivamente possuíam natureza de direção, chefia e assessoramento, afastando a possibilidade de burla à exigência do concurso público.**

Pontuou, ainda, que **não basta ao legislador simplesmente reproduzir as expressões constitucionais ao criar cargos comissionados, sendo imprescindível que a legislação traga detalhamento técnico suficiente para afastar qualquer interpretação que permita desvirtuamento da finalidade desses cargos.** Reconheceu, contudo, que, no caso concreto, **embora as descrições legais carecessem de maior precisão, não houve vício de inconstitucionalidade material**, devendo a municipalidade ser **determinada a aperfeiçoar o texto legal para evidenciar, de forma clara e técnica, a natureza das atribuições desses cargos.**

O conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, apresentou voto-vista, acompanhando o entendimento do relator quanto à inexistência de inconstitucionalidade, mas divergiu quanto à forma de encaminhamento da medida. Para ele, **a exigência de maior detalhamento das atribuições constitui mero aprimoramento do instrumento normativo e não correção de irregularidade, devendo ser veiculada por recomendação, e não por determinação**, por se tratar de providência sujeita ao juízo de conveniência e oportunidade do Chefe do Executivo local. Destacou, ainda, que eventual desvio das atribuições dos cargos, mesmo sem alteração legislativa, configuraria irregularidade a ser apurada oportunamente.



Por unanimidade, o Plenário **reconheceu a constitucionalidade** da Lei Municipal nº 3.026/2024 e **recomendou à Câmara Municipal** que proceda à **revisão da descrição das atribuições dos cargos** em questão, de modo a **deixar claro seu enquadramento nas funções típicas de direção, chefia ou assessoramento**.

[Acórdão TC-531/2025](#), Processo TC-1495/2024, relator conselheiro Davi Diniz de Carvalho, publicado em 09/06/2025.

**12. PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS. RESPONSABILIDADE. ERRO GROSSEIRO. 1. A contratação temporária de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias somente é admissível em casos de surto epidêmico, eis que são cargos de natureza essencial e contínua, que devem ser providos de forma definitiva por meio processo seletivo público, conforme arts. 9º e 16 da Lei 11.350/2006 e art. 37, II, da Constituição Federal. 2. A autorização para contratação temporária desses agentes, sem comprovação da referida situação excepcional e em desacordo com parecer jurídico que indica sua ilegalidade, configura erro grosseiro e enseja a responsabilização do gestor.**

O Plenário do TCEES analisou denúncia formulada em face da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Marataízes, acerca de possíveis irregularidades na contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), promovida por meio do Edital n. 001/2023.

A área técnica do Tribunal constatou a **ausência de comprovação de situação excepcional que justificasse a dispensa de concurso público**, exigido legalmente para o provimento desses cargos, cuja **natureza é permanente e de relevância essencial para o serviço público de saúde**. A equipe apontou, ainda, que os gestores desconsideraram o teor de parecer jurídico que expressamente reconhecia a ilegalidade do procedimento adotado.

Ao proferir seu voto, o conselheiro relator acolheu integralmente a conclusão da área técnica e do Ministério Público de Contas, reforçando que **a contratação temporária para os cargos de ACS e ACE está restrita à hipótese legal de surto epidêmico, devidamente comprovado por documentos técnicos, como boletins epidemiológicos ou decretos de emergência sanitária**.

Segundo ele, **os referidos cargos envolvem atribuições técnicas e contínuas, que exigem qualificação específica e vínculo permanente, não se compatibilizando com contratações precárias ou excepcionais sem base fática comprovada**. Assim, a omissão da gestão municipal em demonstrar a excepcionalidade do caso impede o afastamento da regra do concurso público, prevista no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, bem como nos arts. 9º e 16 da Lei nº 11.350/2006.

O conselheiro destacou, ainda, que **a conduta da Secretária Municipal de Saúde, ao autorizar o prosseguimento do edital mesmo diante de parecer jurídico contrário à legalidade do certame, não apenas infringiu os princípios constitucionais da legalidade**



e da eficiência, como também configurou erro grosseiro, nos termos do art. 28 da LINDB.

Segundo o relator, **o desconhecimento da norma não pode ser alegado** como justificativa, pois a vedação legal à contratação temporária desses profissionais (exceto em caso de surto) já se encontra expressamente disposta na redação **vigente desde 2014**.

A desconsideração deliberada do parecer jurídico e a ausência de documentos mínimos para demonstrar a necessidade excepcional da medida revelam **negligência qualificada**, que ultrapassou a simples falha de julgamento e comprometeu a legitimidade dos atos administrativos praticados.

Diante disso, propôs a **aplicação de multa à gestora no valor de R\$ 2.000,00**, com fundamento no art. 135, inciso II, da Lei Orgânica do TCE-ES (Lei Complementar Estadual nº 621/2012), medida considerada proporcional e necessária para preservar os princípios que regem a Administração Pública e coibir a reincidência de condutas semelhantes.

Além da sanção, votou pela **procedência da denúncia** e pela **expedição de determinação** expressa à Prefeitura de Marataízes, para que se **abstenha de realizar novas contratações temporárias para os cargos de ACS e ACE sem a devida comprovação documental da situação excepcional legalmente admitida**. O voto do relator foi acolhido por unanimidade pelos membros do Plenário.

[Acórdão TC-553/2025](#), Processo TC-4937/2023, relator conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo, publicado em 16/06/2025.

**13. PREVIDÊNCIA. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL. RESTRIÇÕES AO USO DE RECURSOS DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT E DE RENDIMENTOS FINANCEIROS.** Parecer em Consulta TC-007/2025 - 1. No Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) operado em regime de capitalização, os recursos provenientes do plano de amortização do déficit atuarial e os rendimentos das aplicações financeiras devem ser destinados exclusivamente à formação das reservas capitalizadas, sendo vedada sua utilização para despesas correntes enquanto não houver ativos garantidores suficientes para cobrir as provisões matemáticas de benefícios concedidos. 2. A insuficiência financeira do RPPS deve ser apurada mensalmente, com base na folha de pagamento de aposentados e pensionistas, admitindo-se apuração em prazo inferior quando executadas folhas complementares. Trata-se de consulta formulada pela diretora-presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra (IPS), com o objetivo de esclarecer questões sobre o conceito de “receitas auferidas” na apuração do equilíbrio financeiro do RPPS e sobre a periodicidade da apuração da insuficiência financeira do regime.

As dúvidas da gestora foram formuladas nos seguintes termos:



1- Na apuração do equilíbrio financeiro no conceito de "receitas auferidas" para confrontar com "despesas", as contribuições previdenciárias de alíquota suplementar integram o conceito de receitas auferidas (arrecadação) para fins de mensurar insuficiência/déficit financeiro?

2- Qual a periodicidade de apuração e de cobrança da insuficiência financeira, que venha a ser calculada até que o plano de custeio não seja alterado (mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual/exercício)?

O Plenário do TCEES, preliminarmente, conheceu da consulta e, no mérito, estabeleceu que, em RPPS estruturado sob regime de capitalização, os **recursos provenientes da alíquota suplementar, por integrarem o plano de amortização do déficit atuarial, devem ser utilizados exclusivamente na formação de reservas destinadas ao equacionamento desse déficit**. Da mesma forma, os **rendimentos das aplicações financeiras desses recursos também possuem essa destinação específica**, não podendo ser empregados para o custeio de despesas correntes do regime, **enquanto não houver ativos garantidores suficientes para a cobertura mínima das provisões matemáticas dos benefícios concedidos (PMBC)**. Assim, tais recursos, embora arrecadados, não devem ser considerados como "receita auferida" para fins de apuração da insuficiência financeira do regime previdenciário, enquanto persistir essa insuficiência atuarial:

**Resposta 1:** A preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, operado em regime de capitalização, requer a formação de reservas. Esta se dá pelo acúmulo de recursos do plano de amortização do déficit atuarial e de rendimentos de aplicações financeiras. Os recursos do plano de amortização e os rendimentos das aplicações financeiras vinculam-se ao equacionamento do déficit atuarial até a cobertura das provisões matemáticas de benefícios concedidos. Não se admite a utilização dos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do RPPS em regime de capitalização para outros fins, pois possuem destinação específica: a formação das reservas capitalizadas. Tal vedação aplica-se enquanto inexistirem ativos garantidores suficientes para cobertura mínima de provisões matemáticas previdenciárias de benefícios concedidos (PMBC). Similarmente, não se admite a utilização dos recursos do plano de amortização do déficit atuarial para outros fins, pois possuem destinação específica: a formação das reservas capitalizadas. Tal vedação aplica-se enquanto inexistirem ativos garantidores suficientes para cobertura mínima de provisões matemáticas previdenciárias de benefícios concedidos (PMBC).

**Quanto à periodicidade da apuração da insuficiência financeira**, o Tribunal esclareceu que ela deve ser **realizada mensalmente**, com base na folha de pagamento de aposentados e pensionistas. Todavia, **é possível a apuração em prazo inferior, caso sejam processadas folhas complementares** de pagamento de benefícios previdenciários, de modo a garantir o acompanhamento tempestivo da sustentabilidade do regime:

**Resposta 2:** A insuficiência financeira do regime próprio de previdência, calculada pela diferença entre receitas e despesas previdenciárias, apura-se



mensalmente. A base para tal apuração é a folha de pagamento de aposentados e pensionistas. Contudo, admite-se a apuração em prazo inferior, se executadas folhas complementares para o pagamento de benefícios previdenciários.

Foi observado, por fim, conforme disposto no item 1.2 do **Acórdão TC-1063/2024** (Processo TC-916/2023), que os **efeitos do entendimento** consolidado sobre a vedação à utilização dos recursos do plano de amortização e dos rendimentos das aplicações financeiras (resposta ao primeiro questionamento) foram **modulados** para que passem a vigorar apenas **a partir de 2026**, após a **elaboração do próximo plano plurianual**, o que garante segurança jurídica na transição para a plena observância dessa orientação técnica.

[Parecer em Consulta TC-007/2025](#), Processo TC-1325/2022, relatora conselheira substituta Márcia Jaccoud Freitas, publicado em 02/06/2025.

## 1ª CÂMARA

**14. FINANÇAS PÚBLICAS. EDUCAÇÃO. MDE. LIMITE MÍNIMO. CLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS. REJEIÇÃO DAS CONTAS. 1. A aplicação de despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino deve observar a correta classificação das fontes de recursos prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), adotada oficialmente pelo TCEES por meio da Instrução Normativa TC 76/2021. 2. O descumprimento do limite mínimo de 25% estabelecido no art. 212 da Constituição Federal, decorrente da classificação inadequada de fontes ou da ausência de suficiência de caixa, configura irregularidade grave apta a ensejar a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas de governo.**

Em processo de Prestação de Contas Anual referentes ao exercício de 2023 da Prefeitura Municipal de Ibirapu, o Tribunal de Contas do Espírito Santo identificou o **descumprimento do limite constitucional mínimo de 25% de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino**, previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Conforme relatado na instrução técnica, **o cálculo desse limite deve observar a metodologia definida no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), da Secretaria do Tesouro Nacional, adotada por meio da Instrução Normativa TC 76/2021.** A metodologia exige, entre outros critérios, que as despesas consideradas estejam corretamente classificadas nas fontes de recursos próprias para educação (MDE) e que possuam suficiência de caixa ao final do exercício. No caso concreto, foram constatadas despesas executadas em fontes inadequadas, bem como insuficiência de caixa nas fontes próprias, resultando em divergência com o MDF e, conseqüentemente, apuração incorreta do limite constitucional.

Foi evidenciado, ainda, **descontrole na execução das receitas e despesas vinculadas ao Fundeb e à MDE**, com destaque para o fato de que **as despesas empenhadas, liquidadas**



**e pagas com recursos do Fundeb ultrapassaram os valores efetivamente recebidos no exercício**, indicando possível inversão de fontes e afronta ao art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal prática, além de representar descumprimento da metodologia oficial, compromete a fidedignidade das demonstrações contábeis e dos demonstrativos de apuração do cumprimento do limite constitucional.

Diante da **gravidade da irregularidade** e da ausência de justificativas aptas a afastá-la, o relator acolheu integralmente as manifestações da unidade técnica e do Ministério Público de Contas, votando pela emissão de **parecer prévio recomendando à Câmara Municipal a rejeição das contas** da Prefeitura de Ibirapu relativas ao exercício de 2023, com fundamento no art. 132, III, do Regimento Interno do TCEES e art. 80, III, da Lei Complementar Estadual nº 621/2012. A Primeira Câmara acompanhou o voto de forma unânime.

[Parecer Prévio TC-039/2025](#), Processo TC-6259/2024, relator conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, publicado em 22/04/2025.

**15. LICITAÇÃO. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. RESPONSÁVEL TÉCNICO. ENGENHEIRO. A responsabilidade técnica pelos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, por se tratar de serviços típicos de engenharia, pode ser atribuída a engenheiros civis, sanitaristas ou ambientais, conforme previsto na legislação profissional vigente, sendo vedado que o edital de licitação restrinja a exigência a uma dessas formações.**

O processo tratou da análise de representações formuladas em face de licitação, regida pelo Pregão Eletrônico nº 6/2024, promovida pela Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari (Codeg), cujo objeto era a **contratação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos de saúde**.

A irregularidade central residiu na **exigência editalícia de que as empresas licitantes comprovassem vínculo com profissional de nível superior especificamente na área de engenharia ambiental para assumir a responsabilidade técnica pelo serviço, vedando-se a aceitação de engenheiros civis e sanitaristas**.

Em sua instrução, a área técnica do TCEES destacou que os serviços de coleta de resíduos sólidos configuram **serviços típicos de engenharia**, razão pela qual a responsabilidade técnica **pode ser validamente atribuída a engenheiros civis, ambientais ou sanitaristas**, conforme estabelecido pela legislação vigente, pelas normas do Confea e pela própria orientação técnica deste Tribunal.

Ao apreciar o mérito da representação, o conselheiro relator em substituição acolheu integralmente as conclusões da área técnica, destacando, ainda, que os referidos serviços são **reconhecidos como serviços de engenharia**, conforme já definido em orientações técnicas do Ibraop e nas normativas do Confea, sendo **imprescindível que a responsabilidade técnica recaia sobre profissional devidamente habilitado junto ao sistema Confea/Crea**.



A partir dessa premissa, o relator fez minuciosa análise da legislação aplicável, citando diversos dispositivos que **reconhecem como igualmente aptos para essa atribuição os engenheiros civis, sanitaristas e ambientais**. Foram mencionados os arts. 28, alínea h, e 29, alínea b, do Decreto 23.569/1933, o art. 27 da Lei 5.194/1966 e as Resoluções Confea 218/1973, 310/1986 e 447/2000. Destacou, em especial, que esta última norma é expressa ao afirmar que **as competências atribuídas aos engenheiros ambientais não excluem aquelas conferidas a outras modalidades da engenharia**. Também lembrou que as orientações do próprio TCE-ES, consolidadas por meio da Instrução Normativa 52/2019, corroboram tal entendimento.

Enfatizou que, **havendo mais de uma especialização profissional habilitada para atuar no objeto do contrato, não é juridicamente permitido à Administração Pública restringir a participação de profissionais em razão de sua formação específica**, sob pena de ofensa ao princípio da competitividade e ao direito ao livre exercício profissional.

Para evidenciar a **relevância da irregularidade** no caso concreto, o relator analisou as atas das sessões de disputa dos lotes licitados, verificando que, **mesmo diante da expectativa de competitividade, poucos licitantes apresentaram propostas e houve desistências após as fases de lances**.

Por essas razões, concluiu tratar-se de **grave infração** às normas legais e regulamentares aplicáveis, pois a Administração não pode, sem respaldo normativo ou técnico, excluir mais de 90% dos profissionais habilitados no mercado de atuarem como responsáveis técnicos em contratos dessa natureza.

Quanto à **responsabilização dos agentes públicos envolvidos**, o relator estabeleceu distinção entre as condutas praticadas pelo parecerista técnico (engenheiro ambiental da entidade) e pelo pregoeiro.

Reconheceu que **a cláusula irregular foi mantida no edital republicado após a emissão de parecer técnico pelo engenheiro responsável**, que opinou expressamente pela rejeição de impugnação apresentada questionando sua validade. Nesse ponto, ressaltou que **o profissional encarregado da emissão de parecer técnico em processos licitatórios deve ter conhecimento adequado não só da legislação de licitações, mas também das normas atinentes à sua área de formação profissional**, sendo inaceitável, por **evidente erro grosseiro**, emitir opinião em desacordo com o regramento aplicável, propondo aplicação de multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Por outro lado, **afastou a responsabilização do pregoeiro**, entendendo que este agiu de boa-fé ao manter a cláusula, **amparando-se no parecer técnico de profissional especializado** e não havendo nos autos qualquer indício de dolo ou negligência manifesta.



O voto foi acolhido de forma unânime pela Primeira Câmara do TCEES, que  **julgou procedente a representação e aplicou a penalidade apenas ao parecerista responsável pelo vício identificado no edital.**

[Acórdão TC-469/2025](#), Processo TC-4851/2024, relator conselheiro substituto Donato Volkens Moutinho, publicado em 19/05/2025.

**16. PESSOAL. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. TESTE DE APTIDÃO FÍSICA. ADAPTAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A submissão de pessoas com deficiência (PcD) aos mesmos critérios de avaliação física dos demais candidatos em concurso público somente é admissível quando indispensável ao exercício do cargo, nos termos da ADI 6.476/DF do Supremo Tribunal Federal. 2. Quando houver previsão Teste de Aptidão Física (TAF) em edital, a omissão acerca do uso de tecnologia assistiva já utilizada por candidato com deficiência e que não demande adaptação adicional constitui irregularidade grave, salvo demonstração de sua incompatibilidade com as atribuições do cargo, conforme determina o art. 3º, inciso VI, do Decreto 9.508/2018.**

A Primeira Câmara do TCEES analisou a legalidade do Edital 1/2023 da Prefeitura Municipal de Nova Venécia (PMNV), que visou o provimento de cargos do quadro de pessoal e formação de cadastro de reserva, incluindo o cargo de guarda civil municipal.

O exame da matéria objetivou aferir a conformidade do edital com a legislação aplicável, especialmente quanto às disposições relativas às pessoas com deficiência (PcD), considerando a realização de Teste de Aptidão Física (TAF) como etapa eliminatória do certame.

Durante a instrução do processo, **a unidade técnica do Tribunal apontou irregularidade no item 15.14 do edital, que vedava expressamente qualquer tratamento diferenciado aos candidatos, inclusive àqueles com deficiência, no âmbito do TAF.** Tal disposição acarretava, na prática, a **proibição do uso de tecnologias assistivas pelos candidatos PcD, ainda que fossem recursos já incorporados à sua rotina diária, sem demandar qualquer adaptação adicional.**

A área técnica destacou, ainda, que **o edital não demonstrava que a imposição dos mesmos critérios de avaliação física a todos os candidatos, com e sem deficiência, seria indispensável ao exercício das funções do cargo,** conforme exige o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 6.476/DF.

O conselheiro relator pontuou que a legislação brasileira e as normas internacionais incorporadas ao ordenamento jurídico, como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), asseguram às pessoas com deficiência o **direito à igualdade de oportunidades,** inclusive no acesso a cargos públicos.

Destacou que a **possibilidade de uso de tecnologias assistivas em provas físicas encontra amparo no Decreto 9.508/2018, que prevê, no art. 3º, inciso VI, que os editais devem contemplar a utilização de tais recursos, desde que já utilizados pelo**



**candidato e compatíveis com as atribuições do cargo, não implicando adaptações adicionais.**

O relator reforçou que **o STF, ao julgar a ADI 6.476/DF, declarou inconstitucional a exclusão genérica de adaptações em provas físicas, afirmando que a imposição dos mesmos critérios somente se justifica quando demonstrada sua indispensabilidade para o exercício da função pública específica.**

No caso concreto, ficou evidenciado que o edital da PMNV, embora tenha reservado vagas para PcD inclusive no cargo de guarda municipal, **vedou a possibilidade de uso de qualquer tecnologia assistiva no TAF**, contrariando frontalmente o comando legal e a jurisprudência consolidada do STF. **Não houve, nos autos, demonstração de que o uso desses recursos comprometeria o desempenho das funções do cargo ou que a exigência de critérios físicos uniformes fosse imprescindível.** Ao contrário, a própria reserva de vagas sinalizava o entendimento da municipalidade quanto à compatibilidade de certas deficiências com as atribuições do cargo.

Diante da omissão do edital e da ausência de regulamentação municipal sobre o tema, o voto concluiu que **a vedação ao uso de tecnologias assistivas configurou prática discriminatória e violação a normas de acessibilidade**, afrontando dispositivos constitucionais e internacionais de proteção à pessoa com deficiência.

Considerou, ainda, que a conduta da Administração Pública municipal **comprometeu o direito de acesso ao cargo público em condições de igualdade, configurando irregularidade grave.**

Assim, a Primeira Câmara do TCEES, acompanhando o voto do relator, deliberou por considerar **descumpridos os requisitos legais** no concurso público em razão da irregularidade constatada. Assinalou a expedição de **recomendação** à prefeitura para que promova **regulamentação específica sobre o uso de tecnologias assistivas em provas físicas de concursos públicos**, assegurando, entre outros pontos, a possibilidade de utilização desses recursos sempre que compatíveis com as atribuições do cargo e sem necessidade de adaptações adicionais.

[Decisão TC-1525/2025](#), Processo TC-3603/2024, relator conselheiro substituto Donato Volkens Moutinho, publicado em 22/05/2025.



## 2ª CÂMARA

**17. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TRANSPARÊNCIA. ATUALIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE. GESTOR PÚBLICO. ERRO GROSSEIRO. A omissão injustificada e deliberada na atualização de informações obrigatórias sobre despesas públicas no Portal da Transparência configura erro grosseiro imputável à autoridade máxima do ente ou órgão, sujeitando-se à aplicação de sanção pecuniária pelo TCEES.**

No julgamento de denúncia em face do Poder Executivo de Muniz Freire, a Segunda Câmara do TCEES analisou a **omissão na atualização das informações de despesas no Portal da Transparência**, que estava sem atualização há vários meses, especialmente quanto às informações de “Despesas – Pagamentos e Favorecidos”

Em sua instrução, a área técnica apontou violação direta às obrigações legais previstas na Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que **impõem a divulgação atualizada de dados de execução orçamentária**.

A omissão foi considerada especialmente grave por **impedir o acompanhamento da gestão pública pela sociedade**, além de demonstrar **descaso com o dever legal de manter o portal atualizado**.

A responsabilidade foi atribuída ao **prefeito**, na condição de autoridade máxima do município, a quem incumbe garantir a regularidade das informações públicas, conforme trecho extraído dos autos:

(...) Quanto à responsabilização, a Lei n.º 12.527/2011, em seu art. 8º, acima transcrito, prevê que o dever de divulgar as informações atualizadas sobre despesas, no próprio site, é do ente. Entende-se, assim, que tal obrigação recai sobre a autoridade máxima, que no caso, é o prefeito (...).

Espera-se do gestor máximo do órgão atuação para uma boa gestão administrativa, com diligência e supervisão hierárquica, para dar andamento em processos e supervisionar a conformidade legal dos recursos, que no caso se trata do portal de transparência.

Sua conduta foi considerada como **erro grosseiro**, dada a clareza da norma violada e a relevância da obrigação descumprida, conforme consignado na instrução técnica:

A omissão diante da obrigação expressa em lei, configura erro grosseiro. Eis que, ao deixar de determinar a publicação de informações obrigatórias e necessárias ao controle social no portal transparência, o dirigente inobservou o seu dever de cuidado com o aparelho público.

O conselheiro relator, ao proferir voto, reforçou os fundamentos técnicos, destacando quatro pontos centrais que evidenciaram a gravidade da conduta do gestor. Primeiro, apontou o **expressivo lapso temporal sem qualquer atualização do portal**, desde 17/04/2024 até março de 2025. Segundo, destacou que o prefeito havia sido formalmente notificado da irregularidade em julho de 2024, tendo **ciência inequívoca da irregularidade** por mais de sete meses, sem tomar qualquer providência. Terceiro,



ressaltou a **impossibilidade de controle social efetivo** diante da ausência de transparência, o que viola diretamente os princípios da Administração Pública. Por fim, enfatizou que o gestor **permaneceu inerte** mesmo após citado nos autos, não apresentando defesa ou justificativa apta a afastar a irregularidade.

Diante do descumprimento explícito de comandos legais, o relator concluiu pela configuração da irregularidade, decorrente da **negligência reiterada e consciente** do gestor.

Com base nesse entendimento, a Segunda Câmara do TCEES julgou **procedente a denúncia** e aplicou **multa** de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao prefeito.

[Acórdão TC-430/2025](#), Processo TC-5190/2024, relator conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, publicado em 08/05/2025.

**18. FINANÇAS PÚBLICAS. EDUCAÇÃO. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. COMPLEMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS. PRAZO CONSTITUCIONAL. REJEIÇÃO DAS CONTAS. A inobservância do prazo constitucional para complementação dos recursos não investidos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) nos exercícios de 2020 e 2021, até o término do exercício de 2023, nos termos do parágrafo único do art. 119 do ADCT, configura irregularidade apta a ensejar a emissão de parecer prévio pela rejeição das contas de governo, considerando que o dispositivo não prevê flexibilização do prazo ou possibilidade de compensação posterior a 2023.**

A Segunda Câmara do TCEES analisou a prestação de contas de governo da Prefeitura Municipal de Guaçuí, relativas ao exercício de 2023, e identificou irregularidade quanto ao **não cumprimento integral da obrigação constitucional de complementação dos valores não aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) nos exercícios de 2020 e 2021**, conforme previsto no art. 119 do ADCT.

O referido dispositivo, introduzido na Constituição em razão do contexto excepcional da pandemia de Covid-19, **objetivou que os entes federativos não fossem penalizados pelo descumprimento do mínimo constitucional de investimentos em educação durante a crise sanitária**, mas impôs como **contrapartida** a obrigatoriedade da **compensação desses valores até o final de 2023**.

A área técnica apontou que, embora parte dos valores tenha sido compensada em 2022 e 2023, **restou um saldo de R\$ 1.133.253,11** sem a devida aplicação.

O gestor alegou dificuldades financeiras e informou ter realizado repasse adicional em julho de 2024, mas a área técnica e o relator consideraram que tal medida foi **intempestiva e desprovida de amparo legal**, eis que o dispositivo constitucional exigiu que a complementação ocorresse até o final do exercício de 2023, sem prever flexibilizações.

O relator acompanhou o entendimento da área técnica e votou pela emissão de **parecer prévio recomendando a rejeição das contas**, decisão que foi acolhida pela Segunda Câmara do TCEES.



[Parecer Prévio TC-040/2025](#), Processo TC-4909/2024, relator conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, publicado em 22/04/2025.

**19. LICITAÇÃO. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE (RSS). SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA. RESPONSÁVEL TÉCNICO. ENGENHEIRO. 1. É atribuição privativa de engenheiro civil, sanitarista ou ambiental, devidamente registrado no CREA, a responsabilidade técnica pelos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos de saúde (RSS), sendo indevida exigência de complementação da formação do engenheiro civil para tais atribuições, por se tratar de atividade comum da engenharia. 2. Não é admitida a atuação de biólogo como responsável técnico por esses serviços, por se tratar de matéria alheia às suas atribuições legais.**

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo julgou procedente representação formulada por cidadão em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 023/2024, promovido pela Prefeitura Municipal de Ibatiba, cujo objeto era a contratação de **empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS)**.

A controvérsia central girou em torno de **cláusula do edital que impunha, como condição de habilitação técnica, a atuação de profissional engenheiro sanitarista, ambiental ou químico como responsável técnico, admitindo-se o engenheiro civil apenas se apresentasse extensão de atribuições emitida pelo respectivo conselho de classe.**

A instrução técnica do TCEES observou que **o serviço licitado insere-se no contexto do saneamento básico, na modalidade de manejo de resíduos sólidos**, conforme definido pela Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e pela Lei nº 14.026/2020 (novo Marco do Saneamento).

A partir disso, destacou que **o serviço se caracteriza como serviço comum de engenharia**, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 3º, VIII, do Decreto Federal nº 10.024/2019, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado.

Com base nessa classificação, o corpo técnico do Tribunal sustentou que **os serviços de gerenciamento de resíduos sólidos, inclusive os de saúde, enquadram-se nas competências profissionais atribuídas aos engenheiros civis** pela Resolução nº 218/1973 do CONFEA, especificamente no art. 7º, I, que inclui os sistemas de saneamento entre suas atribuições.

Além disso, citou a Nota Técnica SEGEX nº 002/2020 e a Orientação Técnica IBR 02/2009 (do Ibraop), ambas adotadas como referência institucional pela IN TC nº 52/2019, as quais também **reconhecem o manejo de resíduos como atividade típica de engenharia**.

A instrução foi além, indicando que **a exigência de “extensão de atribuições” ao engenheiro civil é indevida e desnecessária, na medida em que as atribuições legais já lhe conferem competência para atuação nesse tipo de contrato.**



Em contraponto, a instrução ressaltou que **a aceitação de biólogos como responsáveis técnicos para esses serviços é, por sua vez, indevida, conforme Resolução CFBio nº 227/2010.**

O conselheiro relator **acolheu integralmente a análise técnica quanto ao mérito da irregularidade**, reconhecendo que a exigência editalícia restringiu indevidamente a participação de engenheiros civis, o que contraria tanto o marco legal como o entendimento consolidado do próprio TCEES. Entretanto, **divergiu da proposta de aplicação de penalidade** aos responsáveis, ressaltando que não havia elementos suficientes para afirmar que os agentes públicos atuaram com dolo ou erro grosseiro, dada a complexidade técnica do tema e as frequentes disputas interpretativas entre diferentes conselhos profissionais.

O voto foi acolhido por unanimidade pela Segunda Câmara, que julgou **procedente a representação, determinando** que a Prefeitura de Ibatiba **não prorrogue o contrato** em vigor e que **promova novo certame com cláusulas compatíveis com o ordenamento jurídico.**

Também foram expedidas determinações específicas à agente de contratação e à Comissão Permanente de Licitação, para que se **abstenham de práticas semelhantes** em futuras contratações, especialmente no tocante à **vedação indevida de engenheiros civis e à aceitação de profissionais sem atribuições compatíveis** com o objeto contratado.

[Acórdão TC-593/2025](#), Processo TC-4911/2024, relator conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, publicado em 24/06/2025.

## OUTROS TRIBUNAIS

**20. STF - É inconstitucional - por violar o princípio da separação de Poderes (CF/1988, art. 2º) e os sistemas de controle externo e interno (CF/1988, arts. 70 e 74, IV) - norma estadual que confere ao Tribunal de Contas local a prerrogativa de determinar a realização de auditorias aos órgãos de controle interno de cada Poder.**

O sistema de controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao passo que o sistema de controle interno é exercido por órgãos de auditoria e/ou controladoria de cada um dos Poderes, de forma integrada e no âmbito de suas respectivas estruturas. Ambos possuem regras, procedimentos, órgãos e instituições próprias, de modo que para cada um há atribuições específicas a serem desempenhadas dentro de suas respectivas áreas de atuação.

Na espécie, a norma impugnada estabelece que o controle interno no âmbito estadual será exercido por iniciativa do próprio Poder ou por determinação do respectivo Tribunal de Contas. A expressão “por determinação” possui sentido de subordinação



hierárquica e confere ao Tribunal de Contas estadual a faculdade de exigir dos órgãos de controle interno a realização de ações específicas.

A relação entre os sistemas de controle externo e interno é horizontal e cooperativa, ou seja, não há hierarquia entre eles, de modo que seria impróprio submeter a atuação dos órgãos de controle interno — vinculados à estrutura hierárquica de cada Poder — às determinações e diretrizes dos Tribunais de Contas (1).

Com base nesses e outros entendimentos, o Plenário, por unanimidade, conheceu parcialmente a ação e, nessa extensão, a julgou parcialmente procedente para declarar a nulidade parcial, com redução de texto, do art. 61, I, da Lei Complementar nº 202/2000 do Estado de Santa Catarina (2), a fim de retirar a expressão “por determinação do Tribunal de Contas do Estado”.

(1) Precedentes citados: Pet 3.606 AgR e ADI 7.002.

(2) Lei Complementar nº 202/2000 do Estado de Santa Catarina: “ Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades: I – organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;”

ADI 5.705/SC, relator Ministro André Mendonça, julgamento virtual finalizado em 06.06.2025 (sexta-feira), às 23:59. [Informativo STF 1181](#).

## **21. STF - No exercício de sua autonomia legislativa para disciplinar o regime jurídico dos servidores, o município não pode restringir o período de férias, sob o fundamento de que o servidor esteve em licença para tratamento de saúde.**

A licença para tratamento de saúde não pode ser confundida com o gozo de férias remuneradas nem com eventual licença voluntária, solicitada por interesse particular do servidor.

Na espécie, os dispositivos impugnados limitam o gozo de férias dos servidores públicos locais, ao possibilitarem o desconto de dias de descanso daqueles que tenham se afastado por licença médica por período superior a trinta dias.

Conforme jurisprudência desta Corte (1), afastamentos por motivo de doença não podem ser interpretados como substitutivos ou impeditivos do direito ao descanso anual, sob pena de violação ao direito constitucional de férias do servidor público (CF/1988, arts. 7º, XVII; e 39, § 3º).

Com base nesses entendimentos, o Plenário, por maioria, julgou parcialmente procedente a arguição para reconhecer a não recepção dos seguintes dispositivos da Lei nº 1.729/1968 do Município de São Bernardo do Campo/SP (2): (i) art. 155, caput, relativamente à expressão “desde que, no exercício anterior, não tenha mais de doze faltas ao serviço, por qualquer motivo”, e seu § 2º, com relação à expressão “desde que concedidas por prazo não superior a trinta dias, e dentro do exercício”; bem como (ii) art. 156, na íntegra.



(1) Precedente citado: RE 593.448 (Tema 221 RG).

(2) Lei nº 1.729/1968 do Município de São Bernardo do Campo/SP: “Art. 155. O funcionário gozará, anualmente, trinta dias seguidos de férias, desde que, no exercício anterior, não tenha mais de doze faltas ao serviço, por qualquer motivo. (...) § 2º Também não se consideram faltas as ausências decorrentes de licença para tratamento de saúde, desde que concedidas por prazo não superior a trinta dias, e dentro do exercício. Art. 156. Excedidas as faltas fixadas no artigo anterior, as férias passarão a ser de vinte dias consecutivos.”

ADPF 1.132/SP, relator Ministro Cristiano Zanin, julgamento virtual finalizado em 23.05.2025 (sexta-feira), às 23:59. [Informativo STF 1180](#).

## **22. STF - É inconstitucional — por violar o princípio da simetria federativa (CF/1988, arts. 27, § 2º; e 57, § 7º) — norma de Constituição estadual que possibilita o pagamento de parcela indenizatória a parlamentares convocados para sessões legislativas extraordinárias.**

Conforme a jurisprudência desta Corte (1), a previsão dessa medida, pelos estados-membros, configura afronta ao texto constitucional, na medida em que o seu artigo 57, § 7º (2) é norma de reprodução obrigatória, por força do que dispõe o artigo 27, § 2º (3).

Na espécie, a Constituição paulista permite que os parlamentares recebam até o dobro do seu subsídio mensal, a depender do número de sessões extraordinárias realizadas, o que não se coaduna com a proteção da moralidade administrativa.

Com o advento da EC nº 50/2006, excluiu-se a possibilidade de indenizar os parlamentares pela convocação extraordinária para, conseqüentemente, evitar a remuneração indireta em valor superior ao do subsídio mensal.

Com base nesses entendimentos, o Plenário, por unanimidade, julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da parte final do art. 9º, § 6º, da Constituição do Estado de São Paulo, com a redação dada pela EC nº 21/2006 (4), mais especificamente do trecho “de valor superior ao subsídio mensal”.

(1) Precedentes citados: ADI 4.577, ADI 4.509 e ADI 4.587.

(2) CF/1988: “Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (...) § 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.”

(3) CF/1988: “Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze. (...) § 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.”

(4) Constituição do Estado de São Paulo: “Artigo 9º- O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de Deputados, eleitos e investidos na forma da legislação federal, para uma legislatura de quatro anos. (...) § 6º - Na sessão legislativa extraordinária, a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o



pagamento de parcela indenizatória de valor superior ao subsídio mensal. (NR) com redação dada pela Emenda Constitucional nº 21, de 14/02/2006.”

ADI 6.857/SP, relator Ministro Cristiano Zanin, julgamento virtual finalizado em 30.05.2025 (sexta-feira), às 23:59. [Informativo STF 1180](#).

**23. STF - É inconstitucional — por violar os princípios da reserva legal e da exclusividade das leis tributárias (CF/1988, art. 150, I e § 6º) — norma estadual que permite ao governador autorizar, mediante decreto, a realização de compensação ou transação, conceder anistia, remissão, parcelamento de débitos fiscais, moratória e ampliação de prazo de recolhimento de tributos.**

Conforme jurisprudência desta Corte (1), é vedado ao Poder Legislativo outorgar ao chefe do Poder Executivo a prerrogativa de conceder diretamente benefícios fiscais, como isenções e anistias tributárias, pois são matérias reservadas à lei em sentido formal.

Essas reservas legais existem para proteger o contribuinte — a exemplo das limitações ao poder estatal de tributar —, bem como para garantir o equilíbrio das contas públicas, medida imprescindível para o controle inflacionário e o desenvolvimento econômico sustentável.

Ademais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14) dispõe que a concessão de benefícios fiscais somente é permitida mediante legislação específica, com estrita obediência às disposições contidas na lei de diretrizes orçamentárias e devidamente embasada por estudos que estimem o impacto financeiro sobre as receitas do erário (2).

Com base nesses e em outros entendimentos, o Plenário, por unanimidade, julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do art. 151, caput, da Lei nº 400/1997 do Estado do Amapá (3), tanto em sua versão atual como na que vigorou até o advento da Lei estadual nº 493/1999.

Em acréscimo, o Tribunal modulou os efeitos da decisão para preservar compensações, transações, anistias, remissões, parcelamentos, moratórias e ampliações de prazos de recolhimento de tributos concedidos até a publicação da ata de julgamento, desde que não existam outras causas de nulidade ainda não convalidadas pelo transcurso do prazo prescricional.

(1) Precedentes citados: ADI 1.247 MC e RE 586.560 AgR.

(2) Lei Complementar nº 101/2000: “Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. § 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota



ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. § 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso. § 3º O disposto neste artigo não se aplica: I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º; II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.”

(3) Lei nº 400/1997 do Estado do Amapá: “Art. 151. O Poder Executivo através de Decreto que indicará a autoridade competente poderá autorizar a realização de compensação ou transação, conceder anistia, remissão, parcelamento de débitos fiscais, moratória e ampliação de prazo de recolhimento de tributos, observadas, relativamente ao ICMS, as condições gerais definidas em Convênios celebrados pelo Estado do Amapá.”

ADI 5.699/AP, relator Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 30.05.2025 (sexta-feira), às 23:59. [Informativo STF 1180](#).

**24. STF - É constitucional — por não violar a cláusula de reserva de iniciativa do chefe do Ministério Público da União (MPU), por guardar pertinência temática com o projeto de lei originalmente proposto e por não implicar aumento de despesa pública — norma inserida por emenda parlamentar que exige nível superior para o cargo de técnico do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como reconhece os cargos de analista e técnico como essenciais à atividade jurisdicional.**

Conforme jurisprudência desta Corte (1), a previsão constitucional de iniciativa legislativa privativa de outros Poderes não impede que o projeto de lei encaminhado ao Poder Legislativo seja objeto de emendas parlamentares, desde que as alterações guardem pertinência temática com a matéria do projeto original e não resultem em aumento de despesa pública.

Na espécie, impugnou-se a constitucionalidade formal das emendas parlamentares inseridas em projeto de iniciativa do Procurador-Geral da República, que tratava da transformação de cargos no âmbito do Ministério Público Militar. As emendas impugnadas: (i) atribuíram aos cargos de analista e técnico do MPU o status de essenciais à atividade jurisdicional e (ii) passaram a exigir nível superior para o cargo de técnico do MPU e do CNMP.

Nesse contexto, elas tratam de aspectos diretamente relacionados à organização e ao regime jurídico do quadro funcional do MPU, além de não acarretarem aumento de despesas. Desse modo, a medida se encontra dentro dos limites constitucionais, em especial porque inexistente qualquer violação à autonomia funcional e administrativa do Ministério Público (CF/1988, arts. 127, § 2º, e 128, § 5º).

Ademais, o STF já reconheceu a validade de emenda parlamentar que passou a exigir curso superior para o cargo de técnico no âmbito do Poder Judiciário da União (2). Na ocasião, entendeu-se que a medida estava alinhada ao objetivo de qualificação e racionalização do quadro de servidores, sem destoar do propósito original do projeto



apresentado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que previa a transformação de cargos de auxiliares e técnicos em cargos de analista.

Com base nesses entendimentos, o Plenário, por maioria, julgou improcedente a ação para assentar a constitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 14.591/2023 (3).

(1) Precedentes citados: ADI 3.114, ADI 5.882, ADI 6.329 TP, ADI 4.759, ADI 3.655 e ADI 2.810.

(2) Precedente citado: ADI 7.709. (3) Lei nº 14.591/2023: “Art. 2º Os cargos de Analista e de Técnico do Ministério Público da União, ambos do quadro de pessoal efetivo do Ministério Público da União, são essenciais à atividade jurisdicional. Art. 3º A Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações: ‘Art. 2º Os quadros de pessoal efetivo do Ministério Público da União são compostos pelas seguintes carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo: (...) II - Técnico do Ministério Público da União, de nível superior. (...)’ Art. 7º São requisitos de escolaridade para ingresso: (...) II - para o cargo de Técnico, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei. (...)’ Art. 15. O AQ incidirá sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, observados os seguintes percentuais: (...) § 5º Os Técnicos do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público que fizerem jus ao AQ em razão da aplicação do inciso IV do caput deste artigo terão a parcela automaticamente transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), no valor de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor. § 6º A VPNI a que se refere o § 5º deste artigo será absorvida quando o servidor que a perceber enquadrar-se nos incisos I, II e III do caput deste artigo.’ (...)’ Art. 24. As VPNIs de caráter permanente, incorporadas aos vencimentos, aos proventos e às pensões dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive aquelas derivadas da incorporação de quintos ou décimos de função comissionada entre abril de 1998 e setembro de 2001, não serão reduzidas, absorvidas ou compensadas pelo reajuste dos anexos desta Lei.’ (...)’ Art. 29. Aplica-se o disposto nesta Lei às carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, correndo as despesas resultantes de sua aplicação à conta das dotações orçamentárias próprias do órgão. § 1º O quadro de pessoal efetivo do Conselho Nacional do Ministério Público é composto pelas seguintes carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo: (...) II - Técnico do Conselho Nacional do Ministério Público, de nível superior.”

ADI 7.710/DF, relator Ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 23.05.2025 (sexta-feira), às 23:59. [Informativo STF 1179](#).

**25. STF - As atribuições do cargo em comissão devem ser adequadas ao princípio da livre nomeação e investidura, ao vínculo de confiança entre os seus ocupantes e aqueles que o nomeiam e destinadas apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, além de guardar proporcionalidade em relação aos cargos efetivos (CF/1988, art. 37, II e V).**

Conforme jurisprudência desta Corte (1), as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas de forma clara e objetiva na própria lei que os cria, a fim de possibilitar a verificação de suas compatibilidades com os princípios constitucionais.

Na espécie, o legislador paulista criou, para o Tribunal de Contas local, o cargo de “agente de segurança da fiscalização”, cuja denominação passou a ser “assessor de transporte e segurança”.



Por não se tratar de motorista de representação, mas sim de segurança — atribuição descrita de forma clara e objetiva na própria lei —, encontram--se presentes os requisitos do assessoramento com conhecimento técnico especializado (cursos de tiro e de direção defensiva), bem como o vínculo de confiança, notadamente, porque, além de inexistir um rodízio de motoristas, os ocupantes do cargo possuem porte de arma e são os responsáveis pelos deslocamentos e pelo acompanhamento dos conselheiros em suas rotinas e em viagens.

De forma diversa, a lei goiana criou vários cargos com atribuições meramente técnicas e operacionais sem qualquer especificação, de modo que não se coadunam com os requisitos para a criação do cargo em comissão, em especial, por não exigirem relação de confiança. Instituiu-se um quadro de cargos em extinção, no âmbito do Tribunal de Contas estadual, destinado a funções como datilógrafos, digitadores, condutores de representação, eletricitas e fotógrafos.

Com base nesses e em outros entendimentos, o Plenário, em apreciação conjunta, julgou (i) por maioria, improcedente a ADI 6.887/SP, para assentar a constitucionalidade dos arts. 3º e 6º, caput, c/c anexos I e II da Lei Complementar paulista nº 1.335/2018 (2), e dos arts. 1º e 5º, c/c anexo I, subanexo 4, da Lei Complementar paulista nº 743/1993 (3); e (ii) por unanimidade, procedente a ADI 6.918/GO para declarar a inconstitucionalidade material do art. 30 e do anexo VII da Lei nº 15.122/2005 do Estado de Goiás (4), com as alterações promovidas pelas leis goianas nº 16.466/2009 e nº 19.362/2016, suspendendo o julgamento desta última ação tão somente no que diz respeito à modulação dos efeitos da decisão.

(1) Precedentes citados: RE 1.041.210 RG (Tema 1.010 RG) e ADI 5.542.

(2) Lei Complementar nº 1.335/2018 do Estado de São Paulo: “Art. 3º Os cargos de provimento em comissão, previstos na Lei Complementar nº 743, de 27 de dezembro de 1993, constantes do Anexo I, que faz parte integrante desta lei complementar, pertencentes ao Quadro do Tribunal de Contas do Estado, mantidas as exigências de provimento, atribuições, enquadramento e jornada completa de trabalho, ficam com as denominações alteradas, na forma nele prevista. (...) Art. 6º As atribuições sumárias dos cargos criados por esta lei complementar e dos que tiveram sua denominação por ela alterada, não objeto de definição por leis anteriores, são as que constam do Anexo II desta lei complementar. (...) ANEXO I (...) Denominação Atual Agente de Segurança da Fiscalização Nova Denominação Assessor de Transporte e Segurança; ANEXO II (...) Denominação dos Cargos Atribuições: (...) Assessor de Transporte e Segurança: Dirigir veículos automotores para transporte de passageiros ou carga, zelar pela guarda, conservação e limpeza dos veículos, e realizar atividades de assessoria em segurança de autoridades e tarefas afins.”

(3) Lei Complementar nº 743/1993 do Estado de São Paulo: “Artigo 1º Fica instituído, na forma desta lei complementar, Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários, aplicável aos servidores do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, titulares de cargos ou ocupantes de funções atividades expressamente indicados no Anexo I. (...) Artigo 5º Os cargos de chefia e encarregatura bem como os cargos de Pesquisador de Documentação e Pesquisador Jurídico indicados no Subanexo 4 do Anexo I, são de provimento em comissão. (...) ANEXO I (...) SUBANEXO 4 Anexo De Enquadramento Das Classes Comissão Situação Nova Denominação Tabela Referência (...) Agente de Segurança da Fiscalização SQC-I 3.”



(4) Lei nº 15.122/2005 do Estado de Goiás: “Art. 30. Fica instituído o Quadro Suplementar dos Cargos em Extinção, constante do Anexo VII desta Lei, contendo cargos relacionados no Ato do Tribunal, publicado no Diário Oficial do Estado no 17.359, de 22 de janeiro de 1996, por força do art. 88 da Lei nº 12.785, de 21 de dezembro de 1995, proibindo-se o acréscimo quantitativo e a inclusão de outros servidores. Parágrafo único. A exoneração do servidor ocupante de cargo previsto no Quadro Suplementar, mencionado no caput do artigo, dependerá de prévia autorização do Tribunal Pleno, e, quando ocorrer, o respectivo cargo estará automaticamente extinto. (...) ANEXO VII Quadro Suplementar dos Cargos em Extinção (...) Assessor de Assuntos Contábeis, Financeiros, Jurídicos e Orçamentários; Assessor de Assuntos Econômicos junto à ATE; Assessor de Assuntos Jurídicos; Assessor de Imprensa; Assessor Técnico de Engenharia; Assessor Técnico de Fiscalização de Obras; Assistente Técnico Especializado; Auxiliar Especializado; Auxiliar Geral; Conductor Especializado; Datilógrafo; Digitador; Eletricista; Fotógrafo; Inspetor de Empresas Econômicas; Inspetor de Obras Públicas; Inspetor Fiscal da Despesa Pública; Inspetor Supervisor da Despesa; Mecnógrafo; Oficial Especializado de Representação.”

ADI 6.887/SP, relator Ministro Edson Fachin, redator do acórdão Ministro Alexandre de Moraes, julgamento finalizado em 22.05.2025 (quinta-feira) ADI 6.918/GO, relator Ministro Edson Fachin, julgamento finalizado em 22.05.2025 (quinta-feira). [Informativo STF 1179](#).

**26. STF - É inconstitucional — por violar as prerrogativas de autonomia e autogoverno do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como por usurpar a sua iniciativa legislativa — dispositivo de lei complementar que impõe a cessão de auditor federal de controle externo para ocupar cargo de dedicação exclusiva em órgão integrante da estrutura de outro Poder.**

Conforme jurisprudência desta Corte (1), a interpretação sistemática das normas constitucionais confere aos Tribunais de Contas autonomia e autogoverno na definição de seus assuntos internos, o que inclui a reserva de iniciativa legislativa, com a elaboração de suas próprias normas e diretrizes.

Na espécie, a norma impugnada deriva de projeto de lei complementar apresentado pelo presidente da República e dispõe que o TCU deve indicar um auditor federal de controle externo para compor, na qualidade de membro, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, órgão de caráter eminentemente técnico e integrante do Poder Executivo.

Muito embora o presidente da República possa apresentar projeto de lei em matéria de direito financeiro e lhe seja reservada a iniciativa de lei que crie cargo, função ou órgão na Administração Pública federal, a regra impositiva em análise interfere indevidamente na organização e no funcionamento da Corte de Contas, em especial porque representa a requisição de servidor que, além de não integrar o mesmo Poder, não está subordinado à autoridade requisitante (2).

Com base nesses e em outros entendimentos, o Plenário, por unanimidade, julgou parcialmente procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição Federal ao art. 6º, § 1º, II, da Lei Complementar nº 159/2017 (3) e, conseqüentemente, (i) assentar a faculdade do TCU em indicar um membro e seu suplente, entre os seus auditores federais de controle externo, para compor o Conselho Supervisor do Regime



de Recuperação Fiscal; e (ii) determinar que idêntica interpretação se estende, por arrastamento, , ao art. 4º-A, III, da mesma lei (4), de modo que é indicativo o prazo para o eventual atendimento da solicitação.

(1) Precedentes citados: ADI 4.643, ADI 6.967, ADI 6.846, ADI 5.563, ADI 6.986, ADI 4.191, ADI 5.290, ADI 4.396, ADI 4.643, ADI 5.323, ADI 4.418, ADI 3.223, ADI 4.421 MC e ADI 1.994.

(2) Precedentes citados: ADI 5.275, ADI 2.877, ADI 2.838 e ADI 1.044.

(3) Lei Complementar nº 159/2017: “Art. 6º O Conselho de Supervisão, criado especificamente para o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, será composto por 3 (três) membros titulares, e seus suplentes, com experiência profissional e conhecimento técnico nas áreas de gestão de finanças públicas, recuperação judicial de empresas, gestão financeira ou recuperação fiscal de entes públicos. § 1º O Conselho de Supervisão a que se refere o caput deste artigo terá seus membros indicados em até 15 (quinze) dias da data do deferimento do pedido de adesão de que trata o caput do art. 4º-A e terá a seguinte composição: (...) II - 1 (um) membro, entre auditores federais de controle externo, indicado pelo Tribunal de Contas da União;” (4) Lei Complementar nº 159/2017: “Art. 4º-A. Deferido o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal: (...) III - o Tribunal de Contas da União indicará, em até 15 (quinze) dias, membro titular e membro suplente para compor o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal.”

ADI 6.844/DF, relator Ministro Luiz Fux, julgamento virtual finalizado em 23.05.2025 (sexta-feira), às 23:59. [Informativo STF 1179](#).

**27. STF - Não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988 — pois violam a garantia individual dos contribuintes que veda a exigência ou o aumento de tributos sem lei em sentido estrito (CF/1988, art. 150, I) — dispositivos de lei municipal que transferem ao prefeito, sem quaisquer parâmetros, o poder de definir, mediante decreto, os valores das taxas instituídas pelo Código Tributário do município.**

O princípio da legalidade tributária, a fim de conferir segurança jurídica para o contribuinte, garante que a cobrança de tributo seja precedida de uma lei que o institua ou altere (1).

A lei municipal impugnada, no ponto em que versa sobre taxas de serviços públicos urbanos — limpeza pública — (2), não atende aos requisitos da especificidade e da divisibilidade (CF/1988, art. 145, II). Ademais, a norma define fato gerador incompatível com a espécie tributária adotada (que possui natureza retributiva ou contraprestacional) e com a hipótese de incidência vinculada, além de estipular os respectivos valores por ato infralegal sem parâmetros previamente determinados (3).

Com base nesses e em outros entendimentos, o Plenário, por unanimidade, julgou procedente a arguição para declarar como não recepcionados pela atual Constituição Federal os arts. 154, 161, 167, 170, 172, 182, 188, 192, 197, 199, 200, II, e 201, caput, todos da Lei nº 985/1984 do Município de Morro Agudo/SP.

(1) CF/1988: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;”



(2) Lei nº 985/1984 do Município de Morro Agudo/SP: "Art. 200. Da Incidência: Constitui fato gerador da taxa de limpeza pública a utilização efetiva ou potencial dos seguintes serviços, em vias e logradouros públicos: (...) II - varrição, lavagem e capinação."

(3) Precedente citado: RE 576.321 QO-RG (Tema 146 RG).

ADPF 351/SP, relator Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 23.05.2025 (sexta-feira), às 23:59. [Informativo STF 1179](#).

**28. TCU - LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. SOMA. QUANTIDADE. VEDAÇÃO. JUSTIFICATIVA. LICITAÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE TÉCNICA. A vedação ao somatório de atestados, para o fim de comprovação da capacidade técnico-operacional, deve estar restrita somente aos casos em que o aumento de quantitativos acarretarem, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre quantidades e prazos de execução, capazes de exigir maior capacidade operativa e gerencial da licitante e ensejar potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade almejadas na contratação, devendo a restrição ser justificada técnica e detalhadamente no respectivo processo administrativo.**

Acórdão 1466/2025 Plenário (Pedido de Reexame, Revisor Ministro Jorge Oliveira). Boletim de Jurisprudência TCU 547.

**29. TCU - DIREITO PROCESSUAL. PROVA (DIREITO). ÔNUS DA PROVA. CONDUTA. IRREGULARIDADE. FISCALIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. As irregularidades não relacionadas diretamente à prestação de contas devem ser provadas pelo TCU, não cabendo a inversão do ônus da prova. Quando relacionadas à prestação de contas em si, o dever de provar a regular aplicação dos recursos públicos é do gestor. Por outro lado, quando a conduta não tem relação intrínseca com a prestação de contas, mas sim com irregularidades específicas percebidas em fiscalizações do Tribunal ou de outros órgãos, a responsabilidade de provar a conduta tida por irregular é da Administração Pública, independentemente do tipo de processo em que a conduta é analisada. A correta delimitação da conduta imputada e a adequada distribuição do ônus probatório são fundamentais ao devido processo legal e à garantia da ampla defesa, sem os quais o processo carece de pressupostos válidos de desenvolvimento, justificando seu arquivamento (art. 212 do Regimento Interno do TCU).**

Acórdão 3969/2025 Primeira Câmara (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues). Boletim de Jurisprudência TCU 546.

**30. TCU - LICITAÇÃO. REGISTRO DE PREÇOS. CABIMENTO. CONTRATAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. É irregular a utilização, pelo órgão gerenciador, do sistema de registro de preços para realização de contratação única e integral do objeto registrado, ocasionando a extinção da ata na primeira contratação, por afronta aos princípios da razoabilidade e da finalidade.**

Acórdão 1351/2025 Plenário (Pedido de Reexame, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues). Boletim de Jurisprudência TCU 545.



**31. TCU - LICITAÇÃO. JULGAMENTO. CRITÉRIO. DESCONTO. LIMITE MÁXIMO. PREÇO MÍNIMO. VEDAÇÃO.** Na licitação que tem como critério de julgamento das propostas o maior desconto (art. 34, § 2º, da Lei 14.133/2021), é irregular a previsão, no edital, de desconto máximo a ser ofertado pelo licitante, por caracterizar preço mínimo, o que afronta o princípio da competitividade e o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Acórdão 1354/2025 Plenário (Representação, Relator Ministro Benjamin Zymler). Boletim de Jurisprudência TCU 545.

**32. TCU - RESPONSABILIDADE. CONTRATO ADMINISTRATIVO. FISCAL. EXCESSO. TRABALHO. CONDIÇÕES DE TRABALHO.** O fiscal de contrato designado, diante da sobrecarga de trabalho para exercer adequadamente suas competências, em razão de elevado número de contratos já sob sua fiscalização, deve comunicar a situação a seus superiores, para adoção das medidas pertinentes, sob risco de vir a responder por eventual prejuízo causado ao erário.

Acórdão 3053/2025 Segunda Câmara (Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Aroldo Cedraz). Boletim de Jurisprudência TCU 544.

**33. TCU - RESPONSABILIDADE. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. INSTAURAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AGENTE PÚBLICO. CULPA.** O agente público que, por imperícia, imprudência ou negligência, causar ou contribuir para a ocorrência de acidente com veículo da Administração, seja ao operá-lo diretamente ou ao autorizar sua operação por subordinados sem a devida habilitação, deve ser responsabilizado pelos prejuízos decorrentes, ficando sujeito à recomposição dos valores desembolsados pelo erário para a reparação dos danos causados, mediante tomada de contas especial.

Acórdão 3068/2025 Segunda Câmara (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer). Boletim de Jurisprudência TCU 544.

**34. TCU - LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. EXIGÊNCIA. SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL. LICENÇA SANITÁRIA. ALVARÁ. HABILITAÇÃO DE LICITANTE.** Em licitação cujo objeto é a prestação de serviços de alimentação, é regular a exigência, para fins de qualificação técnico-operacional, de que o licitante apresente alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária (art. 10 da Lei 6.437/1977 c/c art. 67, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

Acórdão 1268/2025 Plenário (Pedido de Reexame, Relator Ministro Jorge Oliveira). Boletim de Jurisprudência TCU 543.

**35. TCU - LICITAÇÃO. CONSÓRCIO. PODER DISCRICIONÁRIO. PARTICIPAÇÃO. VEDAÇÃO. EDITAL DE LICITAÇÃO. JUSTIFICATIVA.** No âmbito da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o silêncio do edital acerca da participação de consórcio de empresas em certame licitatório equivale à sua autorização, ao passo que a decisão quanto à vedação dessa participação, por ser discricionária, deve estar prevista no instrumento convocatório e devidamente motivada no processo administrativo (art. 15 da Lei 14.133/2021).

Acórdão 1170/2025 Plenário (Denúncia, Relator Ministro Jhonatan de Jesus). Boletim de Jurisprudência TCU 542.



**36. TCU - RESPONSABILIDADE. CONTRATO ADMINISTRATIVO. SUPERFATURAMENTO. PROPOSTA DE PREÇO. SOLIDARIEDADE. ORÇAMENTO ESTIMATIVO.** As empresas que oferecem propostas com valores acima dos praticados pelo mercado, tirando proveito de orçamentos superestimados elaborados pelos órgãos e entes públicos contratantes, contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado.

Acórdão 1084/2025 Plenário (Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Jorge Oliveira). Boletim de Jurisprudência TCU 540.

**37. TCU - RESPONSABILIDADE. CULPA. PARECERISTA. FUNDAMENTAÇÃO. PARECER JURÍDICO.** Os pareceres jurídicos desprovidos de fundamentação adequada, favoráveis a contratações manifestamente ilegais ou que deixem de considerar jurisprudência pacificada do TCU podem ensejar a responsabilização do seu autor, se o ato concorrer para eventual irregularidade praticada pela autoridade que nele se embasou.

Acórdão 1089/2025 Plenário (Tomada de Contas Especial, Relator Ministro Benjamin Zymler). Boletim de Jurisprudência TCU 540.



## Jurisprudência Selecionada

Nova pesquisa de  
jurisprudência do TCEES.

A pesquisa foi remodelada para torná-la mais acessível e eficiente.

- ✓ Integração entre os tipos de pesquisa textual, por assunto e por referência legal;
- ✓ Novo layout, mais simples e intuitivo;
- ✓ Novos filtros de pesquisa;
- ✓ Vinculação de precedentes sobre o mesmo tema;
- ✓ Pesquisa específica de enunciados;
- ✓ Cópia facilitada do teor dos precedentes.

[ACESSE E VEJA MAIS >](#)

**Elaboração:** Núcleo de Jurisprudência e Súmula – Secretaria Geral das Sessões

**Contato:** njs@tcees.tc.br